



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
IES 3336 – RECRENCIAMENTO INSTITUCIONAL

Porto Alegre, 5 de maio de 2025.

IDENTIFICAÇÃO

INSTITUIÇÃO

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Endereço da Reitoria: Rua Washington Luiz, 675 – Centro Histórico

CEP 90010-460– Porto Alegre/RS

REITORIA

Reitor: Prof. Dr. Leonardo Alvim Beroldt

Vice-Reitor: Profa. Dra. Rochele da Silva Santaiana

Pró-Reitora de Ensino: Prof. Me. Percila Silveira de Almeida

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Profa. Dra. Lílían Raquel Hickert

Pró-Reitora de Extensão: Profa. Dra. Betina Magalhães Bitencourt

Pró-Reitor de Administração: Adm. Me. Gabriel Borges da Cunha

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
DIMENSÃO 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	8
DIMENSÃO 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	11
1. Ingresso de calouros (as)	12
2. Mobilidade Acadêmica Externa	13
3. Colações de grau	13
4. Evasão	13
5. Pesquisa e Pós Graduação	14
DIMENSÃO 3: Responsabilidade Social da Instituição	16
DIMENSÃO 4: Comunicação com a Sociedade	18
DIMENSÃO 5: Políticas de Pessoal	22
Pesquisa de satisfação no trabalho	24
Capacitações	26
DIMENSÃO 6: Organização e Gestão da Instituição	27
1. Órgãos de deliberação	27
CONSUN	27
CONEPE	28
2. Órgãos executivos	28
3. Órgão de fiscalização	28
CONCUR	28
DIMENSÃO 7: Infraestrutura Física	29
DIMENSÃO 8: Planejamento e Avaliação	34
Autoavaliação Institucional	35
Evolução dos Indicadores da Avaliação Interna	35
Taxa de Participação da pesquisa	38
Avaliação Externa - ENADE	38
DIMENSÃO 9: Política de Atendimento aos Discentes	42
A) Núcleo de Atendimento ao Discente	42

A.1 Setor de Programas de Bolsas	42
A.2 Setor de Apoio a Portadores de Necessidades Especiais.....	42
A.3 Atendimento em Reuniões com os Colegiados de Curso	43
B) NÚCLEO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES	43
B.1 Setor de Pedagogia Universitária	43
B.2. Setor de Formação de Professores do Ensino Básico	44
Desafios e Propostas	44
DIMENSÃO 10: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	48
Conclusão.....	48

INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado pela gestão central da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) e suas equipes, durante seu processo de credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação (CEEEd), diante da solicitação de seus avaliadores para que se procedesse a uma análise crítica e enxuta quanto às dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

De forma distinta ao que já está posto nos relatórios anuais de Autoavaliação Institucional, produzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), este relatório tem por objetivo não só apresentar um panorama da realidade atual da universidade, mas também uma análise, focando nos aspectos que precisam ser desenvolvidos e aprimorados para o desenvolvimento eficiente das políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão e o pleno atendimento às exigências de funcionamento de uma Universidade pública.

Cabe, neste momento, contextualizar, a luz da história da universidade, como chegamos neste retrato atual.

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul teve sua criação autorizada pela Lei 11.646, em julho de 2001, dando início às suas atividades contando com reitoria pró-tempore indicada pelo governador do Estado, composta apenas de reitor e quatro pró-reitores. Em 2002 ocorreu o primeiro ingresso de estudantes através de edital vestibular com 940 vagas para seis cursos próprios, em 15 municípios sede, ofertado com professores contratados em regime temporário. Três novas unidades universitárias foram inauguradas no segundo semestre deste mesmo ano.

Em 2004, durante a segunda gestão pró-tempore, e contando ainda com apenas empregados em regime de contrato temporário, a proposta de Estatuto da Uergs, criada pela Gestão Pró tempore e professores e funcionários temporários, é aprovada no Conselho Superior Provisório (Consup). O estatuto, aprovado pelo Decreto Estadual Nº 43.240, que propôs a estrutura e o funcionamento da universidade, é vigente até hoje, não tendo sido revisado mesmo apresentando divergências com outras legislações e não representando, de fato, a realidade da Uergs.

Apenas a partir de 2005, ocorreram os primeiros concursos públicos para provimento das vagas do quadro permanente de empregos da Universidade. Os cursos de graduação, até este período, operavam com professores contratados temporariamente, voltados para o ensino

de graduação e com pouca carga horária e infraestrutura para desenvolvimento de pesquisa e extensão.

A Lei Estadual nº 12.235 de 2005 criou 300 cargos de professores e 248 cargos para o corpo técnico e de apoio administrativo, que nunca chegaram a ser preenchidos em sua totalidade. No início de 2007 o corpo de professores havia atingido seu ápice com 280 docentes, no entanto, em 2008, foram dispensados, por decisão judicial, todos os professores temporários, de forma que em 2009 restavam apenas 117 professores em toda a Universidade lotados em suas 23 unidades, o que causou uma baixa na capacidade de oferta de vagas.

Mesmo com a realização de alguns concursos, a falta de um Plano de carreira e as precárias condições de trabalho levaram muitos docentes a se desligarem da Uergs migrando para outras Universidades. O número insuficiente de docentes levou a um ciclo de inconstâncias no ingresso, descontinuidade na seriação dos cursos e atendimento parcial das disciplinas regulares. Os poucos professores, por sua vez, a fim de atender as demandas mais urgentes da universidade passavam boa parte de sua carga horária em deslocamentos, precarizando ainda mais as condições de trabalho. Neste período a produção científica e de extensão foi seriamente prejudicada.

Ciente de que o ciclo de perdas de pessoal só seria superado se, aliado aos concursos, houvesse também garantias de boas condições de trabalho para a permanência dos empregados, a comunidade universitária se uniu num esforço que levou à aprovação, em 2012, do novo Plano de Empregos, Funções e Salários (Lei Estadual N.º 13.968) que prevê o regime de dedicação exclusiva para docentes, e do Decreto N.º 49.953 que aprova o Regulamento da Avaliação do Desempenho Funcional, permitindo aos empregados da Uergs a possibilidade de promoção por antiguidade e por merecimento a cada período de dois anos.

A demora na autorização de concursos para o quadro permanente de docentes também ocasionou atraso no processo eleitoral para reitoria, sendo que em 2007 um terceiro reitor pró-tempore é indicado pelo governador do Estado. Em 2010, numa gestão marcada por conflitos e perda de professores, o Regimento Geral da Uergs-RGU é aprovado. Neste mesmo ano ocorre a primeira eleição para reitor e vice-reitor da universidade.

Apesar do efeito positivo da democratização da Universidade, os quadros incompletos de empregados na gestão e os regramentos criados anteriormente à gestão eleita geram, até hoje, distorções para o bom funcionamento da universidade, diminuindo a governabilidade da reitoria e delegando para unidades e regiões definições difíceis e que precisam de um olhar integrado da Universidade como um todo para que esta possa cumprir com a sua missão.

O Plano de Empregos, aprovado em 2012, prevê a necessidade de 600 docentes, 134 profissionais técnicos de nível superior e 256 empregados do corpo de apoio administrativo para o adequado funcionamento da Universidade. No entanto, a universidade não conta com autonomia para o preenchimento do quadro de empregos permanentes previsto, dependendo de morosas autorizações governamentais para cada concurso, inclusive para reposição de professores demissionários e aposentados. Nem mesmo para contratação de substitutos para cobrir afastamentos o processo é o mesmo, fazendo com que muitas vezes nem se consiga cobrir a falta a tempo do retorno. Como consequência, em abril de 2025, a Uergs ainda conta com apenas 252 docentes, 43 técnicos de nível superior e 128 empregados do corpo de apoio administrativo para dar conta de 53 cursos de graduação, 5 mestrados e 1 doutorado distribuídos em 23 unidades universitárias.

O descompasso entre a demanda concreta por docentes nos cursos e funcionários técnicos e administrativos da Universidade e a demora em lograr autorização para a execução dos concursos, realizar todas as bancas e depois novamente obter autorização governamental para contratação, coloca a Uergs numa situação crítica. Além da questão de funcionários, a questão de infraestrutura segue as mesmas dificuldades, o que será melhor explanado na dimensão 7.

Este quadro nos leva a um cenário em que é necessário que a Universidade se repense, revisando seus regramentos, muitas vezes confusos e contraditórios entre si e sobretudo limitadores de sua autonomia. É imprescindível que a Uergs tenha mais autonomia, em especial para reposição de pessoal, garantindo seu bom funcionamento. Além disso, para seu pleno desenvolvimento institucional, são necessárias estratégias que viabilizem uma forma mais eficaz de gestão para a Universidade.

Neste sentido, a gestão atual vem trabalhando na construção metodológica de um congresso estatuinte, cuja estruturação iniciou-se em agosto de 2024 e previsto para finalizar o processo estatuinte até junho de 2026, a fim de atualizar e alinhar seus documentos normativos, iniciando pelo seu Estatuto, documento principal estruturante, adequando a Instituição aos novos princípios da Administração Pública, às mudanças de legislação ocorridas desde sua criação e qualificando o diálogo necessário entre as ações de ensino, pesquisa, extensão da Uergs com a comunidade gaúcha, reafirmando a sua missão institucional. Na sequência iremos apresentar nosso relatório de autoavaliação conforme as dimensões do **SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior)**.

DIMENSÃO 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

A Uergs tem como missão “Promover o desenvolvimento regional sustentável e inclusão social, por meio da formação humana, ética e profissional, gerando, atuando e difundindo conhecimentos, tecnologias, cultura e inovação, com ações indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão”. Essa missão fundamenta-se no caráter multicampi da Instituição, reafirmando seu compromisso com o ensino superior público, gratuito e de qualidade, não só nos grandes centros urbanos, mas de forma capilarizada no interior do Estado.

A missão é o principal elemento direcionador do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente, referente ao período de 2022 a 2032, construído de forma participativa, com amplo envolvimento da comunidade acadêmica. A missão, visão e valores são a base do planejamento estratégico institucional das diretrizes estratégicas da Uergs. Em termos operacionais, os caminhos para cumprimento da missão e alcance da visão são traduzidos em 07 objetivos estratégicos, que se desdobram em 49 objetivos táticos e 111 objetivos operacionais, com metas e indicadores de desempenho monitorados anualmente. Os objetivos têm uma forma de pirâmide invertida, seguindo uma hierarquia estratégica: o cumprimento dos objetivos operacionais alavanca o cumprimento dos objetivos táticos que, por sua vez, permitem o alcance dos objetivos estratégicos. Se os objetivos estratégicos são cumpridos, a missão é concretizada.

A Uergs tem avançado na consolidação de sua missão institucional e isso pode ser evidenciado principalmente de duas maneiras: com a mensuração da percepção que o público interno e externo tem do desempenho da universidade nos fatores relacionados à missão e com o monitoramento do cumprimento dos objetivos e das metas do PDI.

A primeira evidência é o resultado da pesquisa de reputação da Uergs. Com o objetivo de conhecer a percepção da comunidade interna e externa sobre a universidade e medir o índice de reputação (reconhecimento e relevância) da mesma, foi aplicada em 2024 uma pesquisa quantitativa que contou com 692 respostas válidas. Dessas, 161 respondentes (23,27%) faziam parte do público externo e 531 (76,73%), do público interno. Os fatores que compuseram a medida da reputação (20 questões) foram selecionados a partir da missão, visão e princípios e valores da Uergs, que constam no PDI da Universidade.

Os resultados indicaram que o índice geral de reputação da Uergs foi de 8,08 pontos, em uma escala Likert de 1 a 10 (discordo - concordo), revelando um índice positivo. O fator de maior reconhecimento foi justamente a atuação da Uergs em prol do desenvolvimento regional: a afirmação “A Uergs é importante para o desenvolvimento regional” obteve a média de 9,18. Outros fatores que compõem a missão também obtiveram médias altas, tais como “As ações de extensão da Uergs contribuem para o desenvolvimento regional do Estado” (média 8,54); “A Uergs se destaca pela produção e difusão de conhecimento” (média 8,52); As pessoas que se formaram na Uergs são profissionais qualificados (média 8,52); “Os(as) estudantes da Uergs recebem uma formação integral, abrangendo as dimensões humana, ética e profissional” (média 8,48); “A Uergs promove a inclusão social” (média 8,46). Ou seja, a percepção de que a Uergs é importante para o desenvolvimento regional sustentável do estado está consolidada.

Apesar do resultado, foram identificados fatores ligados à missão que necessitam ser trabalhados (aqueles com menor média na pesquisa), em especial relacionados à produção e difusão de inovação (média 7,56), e tecnologias (média 7,48). Ações já vêm sendo tomadas nesse sentido, como a revisão do Programa Uergs 20+, um programa estratégico, composto por projetos de impacto tecnológico, de inovação e de sustentabilidade ambiental. O projeto foi possível de ser implementado devido às mudanças recentes oportunizadas pela incorporação da infraestrutura e equipamentos da extinta fundação estadual CIENTEC à Uergs no ano de 2021 e investimentos específicos oportunizados pelo Governo do Estado no Programa, assim como no programa Uergs Digital que vem oportunizando a modernização da infraestrutura de TI na universidade.

Em relação à comunicação institucional, destaca-se a elaboração de um plano de comunicação abrangente. Este plano visa promover os projetos de pesquisa e extensão, as ações de ensino e as iniciativas institucionais voltadas à produção e difusão de inovação e tecnologia. Adicionalmente, o plano contempla a divulgação das atividades e resultados do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e do Programa Uergs 20+, bem como a participação da Universidade nos ecossistemas regionais e estadual de inovação, estando a Uergs presente nos ecossistemas do Programa Inova RS da SICT das regiões onde a Uergs está inserida.

A Política de Inovação da Uergs foi criada no ano de 2018 e, em 2022, houve um processo de reformulação do Regimento Interno do NIT/Uergs, juntamente com a criação da sua marca, registrada em 2023. Neste período, foram realizados estudos de prospecção de inovação na Universidade com a comunidade universitária, por meio do levantamento de dados com o corpo docente, com os grupos de pesquisa institucionais e pelos projetos de pesquisa

aprovados. Na segunda etapa, foram realizadas atividades que visam avaliar o potencial inventivo das pesquisas desenvolvidas, com a utilização de indicadores de inovação para a devida proteção do capital intelectual e valorização de ativos intangíveis.

Em relação aos projetos de pesquisa aprovados, desde 2021, há uma destinação de bolsas de Iniciação Científica (IC) específicas para projetos com caráter de inovação e tecnologia, as bolsas de Iniciação Tecnológica (IT). Assim, destina-se 20% da cota de bolsas IC para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação na Universidade.

Até o presente momento, a Uergs conta com dois depósitos de patentes, três registros de programa e quatro registros de marca, portanto, estamos em busca de nos consolidar o NIT como um órgão estratégico de apoio à inovação na Universidade e, sobretudo, fomentar a cultura da inovação e do empreendedorismo na Uergs para que estes indicadores sejam incrementados, dada a necessidade de cumprirmos e estarmos alinhados com o PDI vigente na Universidade e com o Uergs 20+, que propõe um rearranjo institucional e a ampliação dos serviços prestados, em sintonia com a Política Estadual de Inovação Ciência e Tecnologia.

Considerando-se que embora a Uergs tenha 23 anos de história, cabe observar que somente após a criação da lei atual de cargos e salários em 2012 as questões de pesquisa e extensão foram valorizadas na instituição, e mesmo depois disso ainda devido a alta demanda de ensino dos docentes a dedicação a estas atividades ainda está aquém da ideal, pode-se concluir que os resultados são bons e com muito potencial de crescimento em caso a mantenedora venha a viabilizar as condições necessárias de infraestrutura e funcionários (docentes e técnicos) da instituição,

Outra evidência de resultados institucionais está relacionada ao monitoramento de objetivos e metas do PDI. A comparação dos dados do monitoramento de 2023 e 2024 apontam um aumento no percentual de metas cumpridas. Em 2023 foram alcançadas 42,86% das metas dos objetivos táticos e 40,63% dos objetivos operacionais. Em 2024, o cumprimento das metas táticas foi de 55,88% e das operacionais, 57,34%, o que equivale a um crescimento de 13,03% (táticos) e 17% (operacionais).

No entanto, ainda são enfrentados desafios para fortalecer a articulação entre planejamento e as ações institucionais e melhorar os índices de atingimento das metas, bem como consolidar uma cultura de planejamento sistemático em todos os níveis da gestão universitária. O engajamento em relação ao PDI por todos os níveis de gestão é outro desafio a

ser enfrentado, que faz parte de um processo de mudança e amadurecimento de cultura e, portanto, é lento e gradual.

Para tanto, em 2025 a Suplan e a Ascom planejaram uma campanha de comunicação do PDI, para aproximar a comunidade universitária do documento. Os termos técnicos serão “traduzidos” em linguagem simples e uso de ferramentas comunicacionais contemporâneas e diversificadas, que abranjam o público de diferentes gerações (vídeos curtos, redes sociais, matérias jornalísticas, lives).

Essas ações buscam assegurar que a missão da Uergs seja efetivamente operacionalizada em todas as suas dimensões e territórios de atuação, consolidando a identidade institucional da Universidade como promotora de desenvolvimento regional sustentável e inclusão social.

DIMENSÃO 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

O compromisso social de uma universidade vai além de sua função acadêmica e educativa. Ele está diretamente relacionado ao papel da instituição na transformação da sociedade, na promoção do bem-estar coletivo e na busca pela justiça social. Segundo o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), em seu título 8:

As ações de ensino da Uergs coordenadas e geridas pela Proens pautam-se nos princípios democráticos e de inclusão voltados à promoção da cidadania, bem como, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tais ações visam proporcionar aos acadêmicos, a inserção e o comprometimento com as demandas locais e regionais, promovendo a melhoria da qualidade de vida em prol das comunidades e o desenvolvimento sustentável e coletivo, em interlocução com as questões contemporâneas sociais, culturais e econômicas. Diante desses princípios, os cursos da Universidade vêm se consolidando por sua singularidade e ousadia, no sentido de implementarem novos projetos pedagógicos na perspectiva do desenvolvimento, inovação e produção de novos conhecimentos. Nesse sentido, a gestão do Ensino prima por princípios pedagógicos que promovam, nas três áreas do conhecimento da Universidade, a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão (UERGS, 2022, p. 48).

Ao integrar ensino, pesquisa e extensão de forma articulada, a Política de Ensino na Uergs busca fortalecer o caráter público e social da universidade, incentivando metodologias

interdisciplinares, que estimulem a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem e valorizem o diálogo entre saberes acadêmicos e populares.

Neste sentido, a política de ensino da Uergs está pautada em ações, programas e atividades que buscam qualificar os processos acadêmicos da Universidade, tais como: Ingresso Discente e Democratização dos Acessos; Política de Assistência e Permanência Estudantil; Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade; Programa de Formação Continuada de Professores (PFCD); Educação a Distância e Intercâmbios.

1. Ingresso de calouros(as)

As vagas para o ingresso da graduação são definidas pelo Conepe conforme o Calendário acadêmico, sendo que desde 2020 essa definição é feita em maio do ano anterior ao ingresso. Desde 2013, foram oferecidas 17.175 vagas (média de 1321 por ano), sendo 15.002 ocupadas (1.154 por ano), com ocupação média de 87,3%. De 2013 a 2023, a Uergs adotou como forma primária de ingresso o Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Em 2013, foram oferecidas 1080 vagas nesta modalidade, além de 80 vagas utilizando as notas do ENEM de 2012, bem como 20 vagas via vestibular. Em 2014, o SiSU foi a modalidade exclusiva de ingresso, com 1060 vagas.

De 2015 a 2021, em complemento ao SiSU, foi aberto edital complementar utilizando as notas do ENEM visando o preenchimento das vagas não ocupadas pelo edital principal. Em 2015, foram aceitas apenas as notas do ano anterior; em 2016 foram aceitas as notas nos três anos anteriores; e de 2017 a 2021 foram aceitas notas do ENEM dos 4 anos anteriores.

Em 2020, após a declaração de estado de calamidade pública em razão da pandemia da Covid-19, a Uergs foi uma das primeiras universidades a adotarem o Ensino Remoto Emergencial. Assim, foi minimizado o atraso na retomada do calendário em suas datas usuais já em 2021. Entretanto, em virtude de a maioria das instituições ter atrasado seu calendário, o INEP decidiu por atrasar o calendário do SiSU. Isso impossibilitou o ingresso via SiSU no primeiro semestre, como era o usual. Por esse motivo, em 2021, a Universidade decidiu por fazer o ingresso visando o início no segundo semestre, mantendo este sistema até 2023.

Em 2022, além do edital complementar utilizando as notas do ENEM (desta vez utilizando os oito anos anteriores), optou-se pelo lançamento de um edital utilizando notas de Português e Matemática do Ensino Médio, utilizando uma tabela padronizada de conversão.

Para o ingresso de 2023, optou-se por esta modalidade como edital complementar ao SiSU. Para o ingresso em 2024, em se mantendo o atraso no calendário do SiSU, a Uergs em

2023 decidiu por não aderir ao SiSU 2024, utilizando como forma primária de ingresso o edital próprio por notas do ENEM dos cinco anos anteriores, voltando a iniciar as turmas no primeiro semestre. Em 2024, decidiu-se por manter este modelo para o Ingresso de 2025.

Em 2025, pretende-se rediscutir o modelo, reconsiderando a adesão ao SiSU, uma vez que as datas voltaram ao padrão anterior à pandemia.

2. Mobilidade Acadêmica Externa

Outro complemento aos editais de ingresso é a Mobilidade Acadêmica Externa, que visa a ocupação de vagas ociosas em turmas de até 50% do andamento do curso (ex.: até o 4º semestre em cursos de 4 anos). De 2013 a 2016, o edital de Mobilidade Acadêmica Externa foi lançado no segundo semestre. A partir de 2017, passou a ser lançado semestralmente, com exceção dos semestres 2020/1, 2020/2, 2021/1 e 2022/1, em razão da pandemia da Covid-19, período no qual não foram realizadas perdas de vínculo por abandono e insuficiência. O ingresso é efetuado no semestre seguinte ao edital.

As modalidades previstas no edital são: Reingresso, para estudantes que perderam o vínculo com a Uergs antes da conclusão do curso; Transferência Externa, para estudantes de graduação com vínculo em outras Instituições de Ensino Superior em cursos de área afim ao curso pretendido na Uergs e Ingresso de diplomado, para portadores de diploma de Curso de Ensino Superior.

Desde 2013, 2057 estudantes ingressaram na Universidade por estas modalidades.

3. Colações de grau

A Uergs abre um período de colação de grau a cada semestre, conforme Calendário Acadêmico. De 2013 a 2024, 4.082 estudantes se graduaram na Uergs, numa média de 340 por ano. As colações são feitas na unidade de vínculo do aluno, em cerimônia solene ou gabinete, sendo as solenes presididas pelo Reitor ou seu representante, e as em gabinete presididas pelo coordenador de curso.

4. Evasão

A evasão na Uergs, caracterizada como a perda de vínculo nos termos do Art. 230 do RGU, é dividida nas seguintes categorias: Perda de vínculo a pedido, quando o(a) estudante requer o encerramento do vínculo, Abandono, quando o(a) estudante está apto a se matricular, seja por estar cursando regularmente ou retornando de trancamento, mas a matrícula não é

realizada e não é possível realizar trancamento de matrícula por exceder os limites regimentais, Aproveitamento insuficiente ou Infrequência, quando há reprovação em mais de 75% dos créditos cursados no semestre, ou reprovação por infrequência superior a 50% dos créditos cursados no semestre, em dois semestres consecutivos ou em três alternados.

Os dois últimos tipos se efetivam por procedimento executado conforme previsto no Calendário acadêmico.

Cabe apontar que, por ocasião das calamidades públicas da pandemia da Covid-19, a Universidade decidiu por suspender a efetivação da perda de vínculo por abandono ou aproveitamento insuficiente/infrequência entre 2020 e 2022, ocasionando valores menores nesses anos, seguido de um pico devido à efetivação do passivo nesses anos. Da mesma forma, o processo foi suspenso em 2024 devido à calamidade das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul, mas será retomado em 2025.

A Universidade está estruturando grupos de trabalho para aprimorar a questão da permanência de estudantes da Universidade em todos os aspectos, a fim de reduzir a taxa de evasão.

5. Pesquisa e Pós Graduação

Em Relação à Pesquisa, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) é responsável por orientar, coordenar e fiscalizar todas as atividades de pesquisa e pós-graduação da instituição. Esse processo ocorre mediante escuta de sua Comissão Central e das deliberações e normatizações da Câmara de Ensino do Conepe.

Atualmente, a Uergs conta com 56 grupos de pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Esses grupos têm como objetivo ampliar a produção científica e técnica da instituição, fortalecendo a atuação de pesquisadores e estudantes e, a médio e longo prazos, formar equipes capacitadas para a elaboração de propostas de novos cursos de mestrado e doutorado. Os projetos de pesquisa da Uergs, que envolvem as graduações, recebem fomento externo por meio de bolsas de iniciação científica do CNPq e da Fapergs (59 bolsas em 2024), além de fomento interno via o programa Inicie Uergs (62 bolsas em 2024), totalizando 121 projetos aprovados, com um investimento de R\$ 1.016.000,00. Esses valores, no entanto, ainda estão aquém do necessário, uma vez que mais de 160 projetos foram submetidos em ampla concorrência, sendo, portanto, o número de projetos contemplados somente 38% dos projetos submetidos. Nos anos anteriores o número de projetos contemplados era maior, pois o

orçamento era distribuído considerando bolsas de R\$400 reais, mas em 2024 como houve o aumento do valor das bolsas cnpq a qual as bolsas da Uergs são referenciadas, a instituição decidiu por fazer a adequação de valor para manter competitivo a atração dos alunos, embora o orçamento da Uergs não tenha tido aumento, sendo assim o número de bolsas ofertadas foi reduzido. A limitação orçamentária inviabiliza projetos que demandam reagentes, aquisição ou manutenção de equipamentos, visto que apenas os cinco projetos melhores classificados recebem R\$ 2.000,00 para custeio, o que também é muito baixo. Para mitigar essa carência, a PROPPG tem buscado formas de financiamento externo, incentivando os docentes a participarem de editais, oferecendo apoio à escrita e à submissão de propostas.

Quanto à produção científica, em 2024 os docentes da Uergs publicaram 246 artigos completos em periódicos e 225 capítulos de livros, além de manterem uma média de 25 livros publicados nos últimos cinco anos. Muitas dessas publicações decorrem dos mestrados profissionais em Educação, Ambiente e Sustentabilidade, Ciência e Tecnologia de Alimentos, e Formação Docente em Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática. Esses programas estão situados no interior do estado, respectivamente em Osório, São Francisco de Paula, Encantado e Guaíba, o que permite o acesso e o aprimoramento de profissionais de regiões afastadas dos grandes centros.

Além desses, a Uergs conta com o mestrado acadêmico em Sistemática e Conservação da Diversidade Biológica, realizado em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente do RS (SEMA), com participação de pesquisadores da antiga Fundação Zoobotânica como orientadores. Esse curso possui 16 bolsas da Capes. Em 2024, a universidade contabiliza cerca de 200 alunos ativos nos cursos de mestrado, e 68 novos mestres já estão atuando.

O primeiro doutorado da Uergs foi aprovado pela Capes em 2023, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGed), e é oferecido no campus Litoral Norte, em Osório, sendo o primeiro doutorado dessa área na região. Tanto os mestrados quanto o doutorado profissional não contam com bolsas da Capes ou do CNPq, o que motivou a busca por emendas parlamentares para viabilizar auxílio financeiro. Assim, para 2025, foi obtido o apoio de R\$250.000,00, valor que permitirá o custeio de uma bolsa de mestrado para cada um dos quatro programas existentes, além de uma bolsa para o doutorado, todas com duração de nove meses.

Para a implementação de bolsas, a PROPPG está submetendo aos conselhos superiores à proposta de uma resolução específica, que permitirá a criação de um programa próprio de bolsas para os cursos stricto sensu. Além disso, a Ordem de Serviço 01/2025 da PROPPG

autorizou que 30% do valor arrecadado com inscrições seja destinado aos próprios programas, o que representa um avanço significativo, pois viabiliza manutenção básica dos cursos, realização de eventos, participação em congressos e bancas, e outros investimentos.

As especializações (cursos *lato sensu*) da Uergs têm como objetivo consolidar o processo de investigação científica e produção do saber, integrando ensino, pesquisa e extensão. Já foram promovidas mais de 100 especializações, com destaque para a Especialização em Gestores Escolares, oferecida em parceria com a SEDUC, que formou cerca de 4.400 novos gestores em 2024. Esse esforço continuado, que se inicia na graduação e se estende à pós-graduação, contribui para a capacitação de profissionais com forte atuação local e regional, elevando o nível de inserção no mercado de trabalho.

Além da pesquisa e da pós-graduação, está vinculado à PROPPG o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), responsável por implementar a política institucional de inovação e gerir a propriedade intelectual na universidade. O NIT atua como facilitador da transferência de conhecimento e tecnologia da universidade para a sociedade e o setor produtivo, promovendo inovação e empreendedorismo. Desde sua criação, foram realizados três pedidos de patente, quatro de registro de software, quatro de registro de marca, além de diversas consultas e estudos técnicos.

Para 2025, a PROPPG planeja regulamentar a oferta de cursos *lato sensu* na modalidade a distância (EAD), o que ampliará o acesso de estudantes às especializações públicas e de qualidade principalmente em regiões do interior desassistidas de ensino público. Também está sendo discutida uma nova forma de organização da pesquisa, com a criação de grandes núcleos temáticos, superando a lógica de projetos vinculados exclusivamente às Unidades. Essa mudança busca enfrentar o desafio inerente a uma universidade multicampi, onde os pesquisadores estão fisicamente distantes. Em conjunto com os coordenadores dos cursos, a PROPPG trabalha na construção da nova Política de Pós-Graduação da Uergs — uma tarefa desafiadora, porém fundamental para o crescimento institucional.

DIMENSÃO 3: Responsabilidade Social da Instituição

A responsabilidade social está no cerne da missão institucional da Uergs, que se propõe a promover o desenvolvimento regional sustentável e a inclusão social. Essa diretriz se expressa por meio de uma atuação pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, voltada à formação cidadã e ao enfrentamento das desigualdades sociais, regionais e de gênero.

No PDI 2022–2032, a responsabilidade social é transversal a diversos objetivos estratégicos, com destaque para os compromissos com a interiorização do ensino superior, a formação humana integral, a sustentabilidade em suas dimensões ambiental, econômica e social, a equidade, os direitos humanos e a valorização da diversidade. A Uergs atua em 23 municípios gaúchos, reforçando seu papel como agente de transformação territorial.

A Uergs tem se destacado em ações socialmente referenciadas, com iniciativas como a política de cotas para ingresso de estudantes e funcionários, projetos de extensão voltados às comunidades locais e o incentivo à pesquisa aplicada com impacto social. Contudo, ainda há fragilidades na institucionalização de mecanismos sistemáticos de avaliação do impacto social das suas ações.

A baixa disponibilidade de recursos financeiros e humanos em algumas Unidades e a concentração de ações em Unidades específicas dificultam a homogeneidade das práticas de responsabilidade social em toda a Universidade. Além disso, a ausência de uma política institucional formalizada de responsabilidade social limita a visibilidade e a consolidação de boas práticas já existentes.

Com o objetivo de ampliar a efetividade e a visibilidade de sua atuação social, a Uergs tem como prioridade a consolidação da responsabilidade social como diretriz transversal e estruturante da Universidade. As principais ações planejadas incluem:

- Elaboração de uma Política de ações afirmativas, com participação da comunidade acadêmica e alinhamento às diretrizes nacionais e internacionais de desenvolvimento sustentável. O comitê para desenvolver a política foi designado em 2025 e tem como objetivo finalizar a proposta de política ainda em 2025;
- Fortalecimento do sistema de indicadores de impacto social - O PDI apresenta como objetivo a publicação anual de documento tipo balanço social, que já foi desenvolvido e será lançado em junho de 2025 para toda a comunidade. O documento compilar as principais ações e indicadores da universidade no ano de 2024, servindo como passo inicial (diagnóstico) para o desenvolvimento políticas institucionais de responsabilidade social;
- Estímulo à transversalidade da temática em projetos de ensino, pesquisa e extensão, com incentivo a iniciativas interdisciplinares voltadas às necessidades regionais;
- Ampliação da presença institucional em fóruns e redes de promoção dos direitos humanos, equidade de gênero, inclusão e sustentabilidade.

- Publicação do código de conduta ética da universidade, cujo documento está em fase final de elaboração e deve ser encaminhado para aprovação do CONSUN em julho de 2025.

DIMENSÃO 4: Comunicação com a Sociedade

A Assessoria de Comunicação Social (Ascom) da Uergs é um dos órgãos de apoio à Reitoria da Universidade. Compete à Ascom definir as estratégias de comunicação com os públicos interno e externo da Uergs, sendo também responsável pelas ações táticas e operacionais relacionadas à Comunicação.

As principais atividades desempenhadas pela Ascom são: produção de notícias para o site institucional e para as redes sociais da Universidade (Facebook e Instagram); produção de releases para a imprensa; clipagem das notícias divulgadas por veículos de comunicação externo; atendimento a demandas da imprensa; organizações de eventos, especialmente cerimonial e protocolo; criação de identidades visuais e elaboração de produtos de comunicação para a divulgação de programas, eventos e campanhas de ingresso tanto na graduação quanto na pós-graduação; diálogo constante com outros setores da Reitoria para o planejamento de ações no que se refere à Comunicação; e atendimento aos canais de relacionamento com o público externo.

O setor conta com três analistas, uma de cada área da Comunicação Social: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, e Relações Públicas, contratadas entre 2012 e 2013. Também conta com uma agente administrativa com formação em Relações Públicas, que se somou à equipe em 2019.

Por muito tempo, o principal canal de comunicação da Universidade era o site institucional, alimentado diariamente com notícias sobre as diversas ações realizadas na Reitoria e nas Unidades Universitárias. Em 2016, o site da Uergs foi modernizado, com melhor distribuição do conteúdo, tornando-o responsivo, para otimizar a navegação tanto em computadores, quanto em dispositivos móveis. Além disso, foram acrescentadas ferramentas de acessibilidade, como LIBRAS, audiodescrição e contraste, seguindo as diretrizes do eMAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), conforme as normas do Governo Federal.

Em 2013, foi criada a página institucional no Facebook (Uergs - Institucional) e, em 2019, o perfil institucional no Instagram (@uergs). As mídias sociais da Uergs foram criadas com o objetivo de estabelecer uma comunicação mais próxima com o público externo da Uergs,

especialmente o público jovem. O principal conteúdo produzido pela Ascom para essas mídias, além de notícias, são as divulgações de inscrições para programas e eventos e as campanhas de ingresso para a graduação e a pós-graduação.

Além da publicação de conteúdos, as mídias sociais são um espaço de constante interação com o público, sendo um dos canais utilizados para receber e responder dúvidas, comentários e sugestões e, quando pertinente, levar ao conhecimento dos demais setores da Reitoria que tratam dos assuntos em questão.

A Ascom também é responsável pelo atendimento ao Canal Fale Conosco, criado para receber dúvidas, solicitações, reclamações e sugestões por meio de um formulário no site da Uergs, direcionando as questões aos setores responsáveis de acordo com a demanda encaminhada pelo canal.

A Assessoria de Comunicação (Ascom) tem se empenhado na adoção da linguagem simples como uma estratégia essencial para tornar as informações mais acessíveis e compreensíveis a todos os públicos. Esse esforço visa descomplicar a comunicação institucional, garantindo que mensagens sejam transmitidas de maneira clara, objetiva e sem jargões, facilitando o entendimento de documentos e comunicados. A linguagem simples contribui para a transparência, fortalece o relacionamento com a comunidade e promove uma maior participação cidadã, além de ser um reflexo do compromisso da instituição com a inclusão e o respeito à diversidade de perfis de público.

Em 2018, a Ascom deu início à elaboração da primeira Política de Comunicação da Uergs. Esse processo de construção passou por diferentes etapas e envolveu a escuta de representantes de diferentes segmentos da Comunidade Universitária. O documento final não foi aprovado pelo CONSUN à época e, desde então, os textos estão sendo reelaborados pela equipe da Ascom, num processo de revisão que ocorre em meio às atividades cotidianas do setor. Embora a elaboração da Política não tenha sido finalizada, alguns pontos presentes no texto e considerados urgentes foram colocados em prática. Um deles foi a organização da Rede de Comunicação da Uergs, criada ainda em 2018. Essa Rede é formada por pessoas que atuam nas unidades universitárias e nos setores da Reitoria e funciona como um braço da Ascom. Cada pessoa do grupo é responsável por informar a Ascom sobre assuntos de comunicação envolvendo as unidades (contatos com imprensa, eventos, situações de crise, necessidades de divulgação); por multiplicar as orientações da Ascom e por zelar pelo cumprimento dessas orientações.

Em novembro de 2023, a Ascom lançou um novo formato de divulgação dos eventos promovidos pela Universidade. O espaço dedicado à Agenda no site institucional foi modernizado e, para alimentá-lo, atualmente a Ascom conta com um formulário integrado com a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) para coletar as informações necessárias para a divulgação de eventos de interesse dos públicos interno e externo, ao mesmo tempo em que as ações são cadastradas na Proex. Esse conteúdo é divulgado também nas mídias sociais da Uergs. Além disso, em outubro de 2024, a Ascom lançou um Boletim Semanal para divulgar a Agenda de Eventos por e-mail. Atualmente, o setor busca resolver questões técnicas para poder ampliar o envio do Boletim para o público externo à Universidade.

Recentemente, como forma de comunicar ao público interno as ações empreendidas pela gestão e de dar mais transparência aos processos, as pró-reitorias e a Superintendência de Planejamento (Suplan) criaram boletins mensais enviados por e-mail. A elaboração do layout desses boletins foi feita pela Ascom, mas o conteúdo é produzido pelas próprias pró-reitorias e pela Suplan.

Considerando a estrutura da Uergs, composta pelo Campus Central e por 23 unidades em diferentes regiões do estado, o volume de demandas de comunicação é bastante elevado. Dessa forma, uma das principais necessidades da Ascom seria um número maior de profissionais da área compondo a equipe. Isso é fundamental para potencializar o volume de ações já empreendidas pela equipe e as que necessitam ser implantadas.

A análise dos dados da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) revela um panorama de crescimento e amadurecimento gradual, mesmo diante dos desafios inerentes a uma universidade pública. Em 2022, foram ofertadas 103 bolsas para projetos e registradas 222 ações de extensão entre ações com bolsas e ações em fluxo contínuo, impactando um público de 245 mil pessoas. No ano seguinte, mesmo com o orçamento dedicado às bolsas mantendo-se estável, observa-se um aumento no público beneficiado, alcançando 295 mil indivíduos, e uma elevação no número total de ações de extensão, estimado em torno de 257. Este incremento sugere uma expansão do alcance das iniciativas da Proex, impulsionada, em parte, pela oferta de atividades online que permitiram atingir um público mais amplo.

Em 2024, o número total de ações de extensão atingiu 275, evidenciando uma continuidade na expansão das atividades. Apesar de uma redução no público atendido diretamente para 68.471 pessoas, influenciada pela transição para atividades presenciais e por eventos adversos como enchentes, houve um aumento no número de discentes envolvidos nas ações de extensão.

Em 2024, o valor das bolsas de extensão foi elevado para R\$700,00 (anteriormente R\$400,00 em 2022 e R\$500,00 em 2023) acompanhando o aumento das bolsas CNPQ. Para mitigar o impacto financeiro desse aumento no valor destinado às bolsas, visto que não houve aumento no orçamento, buscou-se a complementação de recursos para a Proex, cujo orçamento é integralmente destinado a bolsas de extensão. Embora esse direcionamento maximize o número de ações e o engajamento na extensão universitária, limita a capacidade da pró-reitoria de executar outras atividades sem orçamento próprio.

Em 2025, a Proex contará com recursos adicionais provenientes de emendas parlamentares, o que possibilitará contemplar cerca de 70 projetos com bolsa e o financiamento da edição presencial do XI Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Siepex), evento não realizado nesta modalidade desde 2019 devido a restrições diversas. Essa conquista, embora significativa, reforça a necessidade de um aumento no orçamento da Proex para garantir a sustentabilidade de suas atividades, para além de recursos pontuais como emendas parlamentares.

Apesar da equipe reduzida (dois coordenadores e a pró-reitora), a Proex tem expandido suas ações de extensão e buscado recursos. A inédita conquista de três emendas parlamentares em 2025 impulsiona financeiramente a pró-reitoria, que visa garantir a sustentabilidade e ampliação das atividades, especialmente diante da nova resolução sobre a inserção curricular (curricularização) da extensão (atualizada em 2024) e da planejada atualização da política de extensão de 2018, alinhando-a às demandas sociais e otimizando o apoio a iniciativas de transformação social.

A trajetória ascendente no investimento em bolsas de extensão, acompanhada da expansão contínua no número de iniciativas, sinaliza o reconhecimento da extensão universitária como um eixo estratégico da Uergs.

Esse movimento constante de fortalecimento demonstra o compromisso da Proex em consolidar a interação dialógica entre a academia e a sociedade, catalisando a promoção de transformações positivas e o desenvolvimento social.

DIMENSÃO 5: Políticas de Pessoal

Na Uergs, a contratação de pessoal é realizada a partir da realização de concursos públicos, para provimento de empregos do quadro efetivo, e de processos seletivos simplificados, para provimento de vagas temporárias (exclusivamente para o emprego de Professor Substituto). Ainda que a Constituição Federal, em seu art. 207, garanta autonomia administrativa às Universidades, a Uergs, por ter seus recursos vinculados ao Tesouro do Estado e por ter seu orçamento definido na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Rio Grande do Sul, depende de autorização do Governo do Estado, tanto para a realização de concursos quanto para as respectivas admissões dos candidatos aprovados. Tal dependência torna bastante morosos os processos de contratação, especialmente porque não se possui sequer autorização para a reposição automática em casos de vacância.

Atualmente, o quantitativo de empregados efetivos está muito aquém daquele previsto na Lei nº 13.968/2012, que instituiu o Plano de Empregos, Funções e Salários, criou os empregos permanentes e os empregos e funções em comissão da Uergs. São 166 (cento e sessenta e seis) empregados técnicos e de apoio administrativo, de 390 (trezentos e noventa) previstos, e 252 (duzentos e cinquenta e dois) docentes, de 600 (seiscentos) previstos. Isto é, a Uergs opera com menos da metade da capacidade de pessoal definida na Lei. Caso histórico, pois, por exemplo, o número máximo de docentes efetivos foi de 272 (duzentos e setenta e dois) em 2018. Tal conjuntura gera uma elevada demanda de encargos de ensino por professor em detrimento de atuação em pesquisa e extensão. No semestre letivo atual, dos 252 (duzentos e cinquenta e dois) docentes, 117 (cento e dezessete) têm de se deslocar para ministrar componentes em outras Unidades além da sua lotação, e ainda 11% tem acima de 18 créditos letivos. Afora o custo com diárias e transporte, a situação implica na diminuição do tempo da jornada de trabalho disponível para dedicação às atividades-fim da Universidade.

Desde 2015, a Universidade tem solicitado a excepcionalização dos Decretos Estaduais referentes à racionalização e ao controle de despesas de pessoal para vagas de reposição decorrentes das vacâncias ocorridas, sem ter obtido sucesso. Somente no ano de 2022 foi autorizada a realização de concurso público para contratação de reposição de 52 vagas (25 docentes e 27 técnicos administrativos) oriundas das vacâncias ocorridas durante o período de 2014 a 2021, ou seja, quase depois de 10 (dez) anos da última grande contratação de novos empregados, o que acarreta em sobrecarga de trabalho aos empregados do quadro efetivo.

Já tramita junto ao Governo pedido de reposição das vagas vacantes de 2022 a 2024, sem resposta até o momento.

A necessidade de vagas novas, bem como a proposta de distribuição das vagas autorizadas novas e de reposição, é de competência da Superintendência de Planejamento (Suplan) conforme estudos de demandas para atender os cursos, unidades e setores da Gestão. A partir da proposta da Suplan, a distribuição das vagas que serão ofertadas em concurso público é analisada e aprovada pelo Conselho Superior da Universidade (CONSUN), conforme as atribuições que lhe são conferidas pela Lei de criação nº 11.646, de 10 de julho de 2001, e pelo Estatuto, Decreto Estadual nº 43.249, de 15 de julho de 2004.

Embora a Lei do Plano de Carreira estabeleça também 60 (sessenta) vagas de Professores Substitutos, somente a partir de 2017 vêm sendo autorizadas as contratações, através de processos seletivos simplificados, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, exclusivamente na substituição de professores licenciados (casos de licença para tratamento de saúde com benefício pelo INSS, licença-maternidade e licença por interesse particular não remunerado). Porém, a cada nova demanda, é necessário o encaminhamento de expediente a fim de obter autorização Governamental específica, o que, pela morosidade da tramitação e cronologia obrigatória do processo, muitas vezes acaba por inviabilizar a contratação em razão do tempo de licença do docente efetivo.

Assim, em razão da autonomia administrativa universitária e buscando a continuidade dos serviços prestados, uma das metas prioritárias de negociação junto à mantenedora, o Estado, tem sido a autonomia para reposição imediata dos cargos quando da sua vacância, sem necessidade de autorização governamental, tanto para empregos do quadro permanente como para professores substitutos. Isso porque, mesmo estando atrelada à LOA do Estado, tais casos não geram impacto orçamentário, uma vez que visam ao preenchimento de vagas providas no ano de exercício.

Mesmo com todas as dificuldades relativas ao quantitativo de pessoal, a Uergs vem apresentando desempenho e resultados positivos. Como é o caso da aprovação, pela CAPES, de seis cursos de Pós-graduação *stricto sensu* desde 2015, sendo cinco de Mestrado e um de Doutorado. Em 2024, a Uergs recebeu o Selo de Integridade para Órgãos da Administração Pública Estadual, fornecido pelo Comitê de Integridade Pública como forma de reconhecimento pelo cumprimento integral de critérios considerados essenciais em prol de uma administração pública mais íntegra e transparente. Além disso, está entre as 74 instituições de ensino brasileiras certificadas com o Selo ODS Educação 2024, concedido anualmente para

instituições de ensino que trabalham em prol da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), e mantém seu Conceito Institucional em 4 junto ao INEP.

Pesquisa de satisfação no trabalho

Outro ponto considerado positivo, apesar das dificuldades apresentadas, é o índice de satisfação no trabalho aferido entre os empregados da Universidade. No ano de 2016, foi realizada coleta de dados sobre clima organizacional, organizada pelo GAGE – Grupo de Apoio à Gestão. O GAGE foi designado por meio da Portaria Interna nº 008/2016, na forma de grupo de assessoria institucional. As informações foram coletadas por meio de questionário preenchido de forma eletrônica, disponibilizado a todos(as) empregados(as) da Uergs do quadro técnico e de apoio administrativo e do quadro de professores, no segundo semestre de 2016. A pesquisa foi enviada a todos os empregados (N=454), sendo que foram registradas 107 respostas (n=107), resultando em uma amostra de 23,57%.

A análise dos dados referentes aos índices de satisfação indicava uma satisfação média geral de 61,08% (nota média de 3,04 escala 1 a 5). Não é possível afirmar se tal índice médio de satisfação era alto ou baixo, pois não há pesquisas anteriores na instituição para comparação. A dimensão “Condições físicas, higiene, ergonomia e saúde” obteve o menor índice de satisfação médio (54,78%). As dimensões “Gestão de Processos e Rotinas de Trabalho” e “Relações Interpessoais, relações de trabalho e cultura organizacional” obtiveram índice médio de satisfação de 65,29% e 63,18%, respectivamente. Os maiores índices de satisfação diziam respeito ao relacionamento interpessoal, tanto com a chefia imediata quanto com colegas do mesmo e de outros setores, com índices superiores a 70%. Os índices mais baixos de satisfação eram relativos à infraestrutura, especificamente à segurança, área de convívio social e iluminação. A oferta de capacitações e treinamentos e as ações e meios oferecidos pela instituição para desenvolvimento do potencial dos funcionários eram questões a serem observadas para melhoria.

No período de 2017 a 2023, o indicador de satisfação dos(as) funcionários(as) estava sendo medido a partir da pesquisa de avaliação interna, por meio de instrumento que segue índices e métricas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) do Ministério da Educação.

Em 2024, a pesquisa foi realizada pelo Grupo de Trabalho designado através da Portaria Interna nº 060/2023, atendendo à demanda do PDI 2022-2032 da universidade, relacionada ao Objetivo Tático 16 - (Pessoas): Valorizar o corpo funcional, desenvolvendo a gestão de pessoas. Seu indicador foi definido como “índice de satisfação dos funcionários” e tem como meta em 2024 um indicador igual ou acima de 6 (em uma escala de 1 a 10), com aumento de 1 ponto na média a cada 2 anos, até atingir a meta de 9 pontos em 2032. Sua operacionalização foi planejada por meio de 04 objetivos operacionais, a saber: (1) planejamento e (2) realização da pesquisa, (3) medição e comunicação dos resultados e (4) elaboração e implementação de plano de ação.

A amostra obtida foi de 193 respostas válidas, sendo que o perfil predominante dos participantes é: sexo feminino (59,59%), raça/etnia branca (84,46%), entre 30 e 45 anos (46,11%). Em relação a filhos(as), 45,08% possuem filhos (as) menores de 18 anos e 58,03% não possuem filhos(as) ou esses já têm mais de 18 anos. Quanto ao cargo que exercem, 51,81% dos(as) respondentes pertencem ao quadro técnico e de apoio administrativo e 48,19%, ao quadro docente. A população total é composta por 429 pessoas, sendo 59,90% mulheres, 90,68% pessoas de raça/etnia branca, 60,14% docentes e 39,62% têm entre 41 e 50 anos. Assim, podemos dizer que a amostra preserva a distribuição de gênero, raça e idade da população do estudo.

A mensuração da satisfação no trabalho se deu por meio da questão: “Posso afirmar que, de modo geral, me sinto feliz e satisfeito(a) trabalhando na Uergs”, cuja média geral foi 3,53 numa escala de 1 a 5. Essa média equivale a 7,06 pontos numa escala de 1 a 10, o que significa que o objetivo do PDI relativo à satisfação dos(as) funcionários(as) foi alcançado (meta do PDI: 6 pontos).

Considerando-se o conjunto de fatores da escala completa (que inclui a questão acima e mais 23 questões), que considera uma visão mais holística da satisfação do trabalho, obteve-se uma média de 3,12 (o equivalente a 6,24 pontos), que também atinge a meta do PDI.

Com a pesquisa, foi possível identificar problemas e demandas que requerem atenção da instituição, a partir dos quais foram apontados, pelo Grupo de Trabalho responsável, potenciais ações a serem implementadas: 1) Elaborar política de gestão de pessoas; 2) Revisar normativa que rege a carga de trabalho docente (Resolução CONSUN nº 008/2010); 3) Revisar a avaliação de desempenho funcional; 4) Elaborar resolução com especificações sobre as atribuições das Funções em Comissão; 5) Selecionar, sempre que possível, candidatos para ocupação de Funções em Comissão via edital interno de ampla concorrência; 6) Capacitação

de chefias/lideranças; 7) Realizar ações de reconhecimento aos empregados; 8) Respeitar os horários de trabalho, com especial atenção à limitação do uso de ferramentas de comunicação como WhatsApp e e-mails em horário de descanso e finais de semana, e adotar, via resolução interna, a ferramenta de mensagens instantâneas do Gmail como ferramenta institucional.

Capacitações

É imprescindível que a Uergs elabore sua política de gestão de pessoas, a fim de definir institucionalmente com aprovação do Conselho Superior da Universidade, as diretrizes a serem seguidas no que tange à gestão de pessoas. Para que todas as instâncias de gestão e de decisão possuam uma diretriz única para as suas ações. Enquanto isso não se efetiva, e por contar com um quadro de pessoal deficitário, o Setor de Desenvolvimento e Qualificação de Pessoas do Departamento de Recursos Humanos da Pró-Reitoria de Administração, responsável pelas capacitações, não é implementado.

Por essa razão, em 2024, foi designada, pela Portaria Interna nº 012/2024, a Comissão de Apoio ao Desenvolvimento e Qualificação de Pessoas, com objetivo de prestar apoio ao Departamento de Recursos Humanos na formulação, divulgação e implementação de programas e projetos que aumentem o bem-estar social e o potencial humano. Em alinhamento ao Planejamento Institucional, foram promovidos três eventos ao longo do ano, totalizando sete capacitações e reunindo mais de 480 participantes:

- Jornada de Capacitação: abordou temas como Inteligência Artificial e Inovação, com 133 inscritos;

- Diálogos Bem-Estar: discutiu “Linguagens e Diversidade” e “Sofrimento Psíquico na Universidade”, com participação de 100 pessoas;

- Semana do Aprimoramento e Desenvolvimento: tratou de temas como motivação, carreiras sustentáveis e engajamento na administração pública, reunindo 252 participantes.

Em 2025, foi realizada em março, em parceria com a Coordenadoria de Qualificação Acadêmica da Pró-Reitoria de Ensino, o evento Rodas de conversa: As dimensões da acessibilidade. E está prevista a realização da II Jornada de Capacitação, com o tema sustentabilidade, e a Semana de Aprimoramento e Desenvolvimento 2025.

Considerando a pesquisa de clima organizacional e planejamento da Comissão de Apoio ao Desenvolvimento e Qualificação de Pessoas indicamos outros temas que podem ensejar ações visando à melhoria na qualidade de vida do trabalhador: a. Política de gestão de

pessoas; b. Preservação da saúde física e mental; c. Prevenção do adoecimento; d. Igualdade e respeito às diferenças (raça, etnia, orientação sexual); e. Reconhecimento; f. Relacionamento interpessoal; g. Ambiente de trabalho inclusivo e diverso; h. Recursos físicos e tecnológicos; j. Comunicação interna; k. Desenvolvimento de lideranças; l. Medidas específicas para o corpo docente; m. Medidas específicas para o corpo técnico-administrativo; n. Comunicação interna.

Frente a essas considerações da Política de Pessoal, entende-se que a Universidade goza de baixa autonomia no que diz respeito às contratações de empregados, tanto para seu quadro efetivo quanto em caráter de substituição temporária. Os pedidos de contratação giram em torno de processos de reposição, ou seja, a fim de colocar a Universidade no patamar em que já esteve em termos de composição do seu quadro. As dificuldades obtidas nessa frente, que não geram aumento de despesa, haja vista que se trata de reposições, se colocam como uma barreira quanto à ampliação, propriamente, do quadro de pessoal da Universidade – 600 docentes e 390 empregados do quadro técnico e de apoio administrativo.

Avalia-se também como necessária a reestruturação da instituição considerando o seu quadro de pessoal e as atividades que desenvolve, a fim de tornar mais efetiva a carga horária de trabalho docente e técnica, reduzindo assim a grande necessidade de deslocamentos, especialmente de professores, para ministrar componentes curriculares. Nesse sentido, as pesquisas realizadas servem de instrumento e subsídio, podendo ser utilizadas para a qualificação da tomada de decisão dos órgãos superiores da Universidade.

DIMENSÃO 6: Organização e Gestão da Instituição

A organização e a gestão da Uergs são regidas pelo Estatuto e pelo Regimento Geral da Universidade (RGU). A reitoria é o órgão executivo central, liderada pelo reitor, é responsável por coordenar, fiscalizar e administrar todas as atividades da Universidade, em articulação com os campi regionais, unidades universitárias e demais órgãos.

A estrutura da Uergs é composta por:

1. ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO

- **CONSUN (Conselho Superior):** instância máxima de deliberação, presidida pelo Reitor, com representantes da comunidade acadêmica (Diretores Regionais, Pró Reitores(as) Vice Reitor(a), representantes docentes, discentes e de funcionários), e representantes de órgãos externos. As reuniões ocorrem de forma ordinária com o agendamento de 6 reuniões anuais e extraordinárias de acordo com demandas específicas apresentadas. Comissão de Assistência

Universitária, Comissão de Assuntos Administrativos, Orçamento e Finanças, Comissão de Assuntos Educacionais, Culturais e de Integração Comunitária, Comissão de Ética, Comissão de Legislação e Normas, Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD e Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo – CPPTA.

- **CONEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão):** delibera sobre ensino, pesquisa e extensão. Presidida pelo Reitor, com representantes da comunidade acadêmica (Diretores Regionais, Pró Reitores(as) Vice Reitor(a), representantes docentes e discentes) Atua por meio de três câmaras, Graduação, Pós-Graduação e Extensão.

2. ÓRGÃOS EXECUTIVOS

A Reitoria é composta pelo Gabinete do Reitor, Superintendência de Planejamento chefiada pela Vice Reitora como Superintendente, Pró Reitorias de administração, Ensino, Pesquisa e extensão, Superintendência de Informática e demais órgãos de apoio ao gabinete do Reitor. Já as Unidades Universitárias são coordenadas pela chefia de unidade e compostas por funcionários do quadro de apoio administrativo, professores e alunos.

3. ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

- **CONCUR (Conselho Curador):** presidido por representante da Secretaria de Estado da Fazenda. Tem competência para apreciar o relatório anual de execução orçamentária, financeira e patrimonial, bem como emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas da Uergs. Composto por um representante da Secretaria Estadual da Fazenda, representante da Secretaria Estadual de Planejamento, representante do Fórum dos Coredes, representante dos docentes, representante dos discentes, representante dos funcionários técnicos e de apoio administrativo.

Os conselhos possuem composição mista, com representantes do corpo docente, discente, técnico-administrativo e da sociedade civil. A gestão reconhece a necessidade de ampliar a representatividade estudantil e externa nesses espaços, ao mesmo tempo em que busca maior engajamento dos discentes, já que muitas das vagas existentes não estão sendo ocupadas.

A Reitoria mantém reuniões semanais com sua equipe gestora para alinhar estratégias, modelo replicado nas pró-reitorias e departamentos. A gestão é orientada pelo PDI 2022–2032, com destaque para o processo estatuinte de 2025, que visa adequar a estrutura organizacional da Universidade.

A Uergs organiza-se em sete campi regionais compostos por um conjunto de unidades cada, de acordo com os COREDES, geridos por Diretores Regionais que atuam como elo entre a reitoria e as unidades universitárias, realizando a articulação das políticas institucionais e a

representação das demandas locais. Os diretores integram os conselhos superiores e participam dos processos decisórios como representatividade regionais. Como órgão consultivo aos campi regionais, mantém Conselhos Consultivos Regionais, compostos por representantes da sociedade civil, setor produtivo e comunidade acadêmica das unidades que a compõe, com o objetivo de fortalecer o vínculo com os territórios e orientar ações de ensino, pesquisa e extensão alinhadas às realidades regionais. No entanto, a gestão reconhece a necessidade de fortalecer a articulação desses conselhos com a sociedade, pois há baixa participação das representações externas e, de forma semelhante, também há dificuldades no preenchimento das vagas destinadas aos estudantes, o que compromete a efetividade da representação e o diálogo com a comunidade.

DIMENSÃO 7: Infraestrutura Física

Desde sua criação, em 2001, até o fim das gestões pró-tempores, em 2010, a Uergs funcionou em espaços cedidos e compartilhados por órgãos estaduais e municipais, principalmente escolas, ou seja, a Uergs foi criada sem dispor de infraestrutura física e nem de um plano para conquistá-la.

Em Porto Alegre, as estruturas de ensino, administrativa e biblioteca estavam distribuídas em três endereços distintos, até o ano de 2022, nenhum deles próprios, gerando custos altos de aluguel, no caso da Reitoria na rua Sete de setembro, e uma dívida impagável, no caso da estrutura do Cetaf da antiga CEEE na rua Bento Gonçalves. Atualmente ocupando o espaço da extinta Cientec a unidade Porto Alegre e a Reitoria estão em processo de consolidação, tendo como garantia o documento de cedência de 30 anos assinado em 2021.

Assim, desde a sua criação, embora tenham sido investidos recursos para sua implantação mínima em termos de mobiliário e equipamentos, não houve avanços em investimentos, nem planejamento da mantenedora voltado para a melhoria e aprimoramento da situação de dominialidade. A partir de 2010, as gestões eleitas iniciaram um grande processo de regularização da dominialidade das unidades e da reitoria, com o objetivo de melhorar a infraestrutura e possibilitar o investimento de recursos externos, especialmente do Governo Federal, impossibilitadas sem a dominialidade ou cedência mínima de 30 anos.

Houve avanços através da mobilização local, de forma a tornar as unidades mais independentes e atualmente das 23 unidades, 7 ainda funcionam no modelo de compartilhamento de espaços com escolas, 2 unidades na modalidade de locação de prédios, 9

em prédios públicos cedidos com termo de cessão de uso e somente 5 em sede própria, Alegrete, Osório, Santana do Livramento, Três Passos e Vacaria. As unidades que hoje tem sede própria obtiveram por doação de terrenos das prefeituras e obtenção de verbas de emendas parlamentares para construção ou reforma dos prédios. A dominialidade por cessão de uso de longo prazo e as sedes próprias é que tem proporcionado maior estabilidade e possibilitado um planejamento adequado para investimentos em infraestrutura.

Apesar de a Universidade sempre ter contado com um Departamento de Projetos Especiais (DPE), responsável pelos serviços de engenharia e arquitetura, até 2014, todos os processos licitatórios de obras eram instruídos e fiscalizados pela Secretaria de Obras do Estado, o que tornava os processos mais lentos, devido à alta demanda da secretaria. Com base na legislação estadual, que permite que órgãos da Administração Indireta tenham autonomia, desde que possuam equipe técnica adequada, a Universidade assumiu, a partir do seu DPE, a total responsabilidade pelo planejamento, instrução e fiscalização das demandas de infraestrutura. Isso permitiu o aumento da eficiência na execução e gestão das obras e serviços de manutenção predial a partir da alocação de equipe técnica da Uergs desde a instrução de processos administrativos até o acompanhamento da execução dos serviços em si.

Atualmente, a Universidade dispõe de uma equipe técnica reduzida lotada no DPE: duas engenheiras civis e duas arquitetas. Isso resulta no enfrentamento de dificuldades para atender às demandas das 23 unidades e da reitoria devido à anos de defasagem. No entanto, é mantido um fluxo contínuo de processos, acompanhando captações externas e suplementações do Estado para investimentos em infraestrutura física. A previsão de preenchimento de três vagas de reposição de pessoal para o setor, autorizadas em 2022 com concurso elaborado em 2024, atualmente em fase de autorização para contratação junto ao Poder Executivo Estadual, irá melhorar o prazo de atendimento das demandas.

Atualmente, as unidades ainda carecem de ambientes específicos para atender às exigências de todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos. Com base no PDI 2022-2032, um dos indicadores mostrou que, de todas as salas especiais (laboratórios, brinquedotecas, ateliês, salas de informática, etc.) necessárias, apenas 56% foram atendidas. Conforme o planejamento em andamento, com financiamento principalmente do FNDE e, em Porto Alegre, do Plano Rio Grande (Funrigs), espera-se que esse indicador avance para os seguintes percentuais: 59% em 2026, 64% em 2028 e 80% em 2029.

O PDI também prevê a implantação de um Plano de Manutenção Preventiva nas unidades. Contudo, até o momento, não foi possível desenvolvê-lo e, com as limitações

financeiras atuais, será difícil implementá-lo. No momento, as manutenções prediais realizadas são de caráter corretivo.

Outro ponto importante refere-se à regularização do PPCI (Plano de Prevenção e Combate a Incêndios) e à acessibilidade arquitetônica. Nos últimos cinco anos, foi destinada uma das arquitetas para trabalhar quase que exclusivamente nos projetos e implementações de PPCI. Embora haja um cronograma de planejamento e constante adequação e acompanhamento, a equipe técnica atual é insuficiente para dar a agilidade na regularização e atualizações necessárias para as 23 unidades.

Quanto à acessibilidade arquitetônica, ainda na vigência do PDI 2017-2021, foi elaborada uma proposta para atender a oito itens principais: acesso e circulação externos e entre prédios; acesso e circulação interna nos prédios; sanitários adaptados para PCD (pelo menos uma unidade); laboratórios de informática e biblioteca com mobiliário adaptado para ao menos uma pessoa; laboratórios técnicos com bancadas rebaixadas; salas de aula com mobiliário adaptado; e piso tátil no passeio público, nas áreas internas de circulação e nas edificações. Embora algumas obras de acessibilidade tenham sido realizadas, não foi possível alcançar a meta estabelecida até 2021. Atualmente, as adequações são atendidas conforme demanda, atendendo a indicativos dos reconhecimentos de curso pelo CEEEd, e nas reformas e construções em andamento ou futuras, itens de acessibilidade são levados em consideração.

Concluimos, informando que anualmente a Uergs contempla em seu orçamento aproximadamente R\$500.000,00 para manutenções prediais e pequenas reformas, para atender suas 23 unidades, o que em média seria 21 mil reais anuais aplicados em cada.

Atualmente, como resultado do planejamento e articulação política da Gestão e Unidades Universitárias na captação de recursos externos, há elencado, no Plano de Expansão Arquitetônica, as seguintes obras, com dotação orçamentária garantida para execução (aproximadamente R\$ 40.000.000,00):

- Unidade em Tapes: reforma para implantação dos laboratórios de georreferenciamento e inovação - área de intervenção: 89,00m²
- Unidade em São Francisco de Paula: reforma do laboratório de análises ambientais – área de intervenção: 346,00 m².
- Unidade em Porto Alegre – reforma do prédio 7 – área de intervenção: 1.215,00 m².
- Unidade em Porto Alegre – reforma do prédio 5 (cobertura e fachadas) – Funrigs – área de intervenção: 828,00m², o que permitirá a expansão do uso do 4º pavimento do

prédio 5 (aprox. 900,00m²) em sua totalidade, atualmente interditado devido às constantes infiltrações.

- Unidade em Cruz Alta – reforma do andar térreo, incluindo a área do antigo ipê e acessibilidade: contratação de projeto estrutural e instalação de elevador - área: 195,00m²

- Unidade em Cachoeira do Sul – reforma do campus rural – área de intervenção: 919,80 m².

- Unidade em Cruz Alta – construção de sede própria– área: 1.855,00 m².

- Unidade em São Luiz Gonzaga – construção dos bloco 2 e 3, uma guarita, e infraestrutura interna – área: 2.090,00 m².

- Unidade em São Francisco de Paula – construção da sede própria – área: 4.020,45 m².

- Unidade em porto alegre – reforma do prédio 8 do campus central – área: 3.080,00 m².

Referente as instalações e equipamentos relacionados aos recursos de tecnologias de informação e comunicação, bem como amplo acesso às redes de informação, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul opera com o domínio próprio Uergs.RS, uma rede de dados projetada para atender a comunidade universitária em suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. O datacenter da Reitoria, localizado em Porto Alegre, passou por uma remodelação completa em sua infraestrutura. Agora, conta com maior capacidade para a oferta de serviços de TI, sendo o ponto central de conexão das 23 unidades de ensino distribuídas pelo estado. Esse novo modelo permite acesso mais eficiente a plataformas de ensino, sistemas administrativos e compulsórios do governo estadual. A Uergs integra o consórcio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), o que garante à Reitoria uma conexão de até 10 Gbps com a Internet. Essa parceria possibilita o acesso direto a outras instituições de ensino superior no Brasil e à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), que oferece diversos serviços informatizados para professores e estudantes, visando o desenvolvimento institucional. Referente a conectividade das unidades universitárias, a Uergs contrata serviços de Internet de empresas locais, garantindo toda a infraestrutura de rede baseada em fibra óptica. A gestão de TI é centralizada na Reitoria, sob responsabilidade da Superintendência de Informática, sem a participação de empresas terceirizadas. No campo do ensino digital, a Uergs adota o Moodle, ambiente virtual de aprendizagem disponível para todos os componentes tanto para ensino presencial como à distância, além de utilizar a plataforma Google Workspace que oferece dezenas de aplicativos utilizados institucionalmente como serviços de e-mail, streaming e o

armazenamento de dados em nuvem. Essas ferramentas proporcionam acesso a recursos essenciais para o desenvolvimento das atividades acadêmicas remotas e presenciais, com acesso à informação de qualquer dispositivo conectado à Internet, independentemente da localização geográfica do usuário. A universidade também dispõe de um sistema de gestão acadêmica próprio, baseado em código aberto, amplamente utilizado pelas pró-reitorias institucionais. Essa plataforma facilita a gestão do ensino, descentralizando fluxos de trabalho e oferece portais específicos para alunos e professores. O sistema integra informações e gera indicadores estratégicos para a tomada de decisões. Em constante evolução, recentemente recebeu uma nova interface gráfica, tornando sua utilização ainda mais intuitiva. Nas unidades no interior do estado, todos os ambientes foram remodelados com a distribuição de mesas, cadeiras e amplo acesso à Internet via redes sem fios. As unidades têm infraestrutura de rede com fibra óptica, sinal de Internet sem fio e datacenter novo, recursos necessários para acesso às plataformas de ensino utilizadas na Instituição. Para a modernização ainda está planejada a aquisição de computadores novos para os laboratórios de informática e secretarias, pois os atuais em sua grande maioria estão depreciados com média de 10 anos de uso. O PROA: 25/1950-0000278-9 que está em andamento para a busca de recursos para esta modernização apresenta todas as demandas de acordo com um levantamento realizado em 2024 envolvendo todos os chefes de unidades e a Superintendência de Informática.

Com relação às Bibliotecas, o sistema da Uergs constitui-se de 23 Bibliotecas, localizadas nas Unidades de Ensino, incluindo uma Biblioteca Central, localizada em Porto Alegre. O acervo conta com mais de 70 mil itens nos mais diversos tipos de materiais (livros, periódicos, folhetos, etc.) e está catalogado no software Gnuteca – Sistema Integrado de Bibliotecas. O software é dividido em três módulos: catalogação, pesquisa e circulação (empréstimo). O sistema foi implementado em 2020 e está pronto para o uso da comunidade acadêmica (anteriormente possuíamos o software Pergamum). Desta forma, a comunidade acadêmica dispõe de um acervo informatizado para consulta. Além disso, também em novembro de 2020 o Sistema de Bibliotecas da Uergs conta com a assinatura da BV Pearson, que permite acesso a mais de 17 mil títulos em formato digital renovada anualmente. Nos primeiros 3 anos de assinatura, a BV contou com o financiamento via projeto Uergs Digital. Em 2023 foram solicitados recursos externos, sem sucesso, para a renovação. Sendo assim, a partir de 2023, a renovação foi realizada anualmente com recursos internos do orçamento da Universidade, redirecionando parte do orçamento. A cada ano, realiza-se um trabalho em parceria com o Departamento Financeiro para verificar a disponibilidade de recursos para a

renovação da assinatura, sendo assim é necessário que esta demanda seja atendida como uma ampliação da cota de orçamento.

A Universidade também possui a assinatura de bases de dados no Portal de Periódicos da Capes, uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Possui convênio para acesso aos acervos de texto completo de periódicos científicos, bases referenciais, bases de patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. Atualmente, a CAPES disponibiliza o acesso a 28 (vinte e oito) bases de dados para acesso por meio dos IPs dos computadores da Uergs e acesso via CAFE.

Com relação ao acervo, atualmente o atendimento das bibliografias indicadas nos PPC's dos cursos é de 40% em média. Para ampliar o atendimento, no ano de 2020, a Política de Desenvolvimento de Coleções foi aprovada e publicada como uma instrução normativa do Sistema de Bibliotecas na qual institui diretrizes para a formação dos acervos das bibliotecas da Universidade. A restrição para o plano atendimento das bibliotecas consiste na verba de aquisição, visto o restrito orçamento anual. No orçamento anual, há a previsão de valor para cada unidade para a aquisição de acervo bibliográfico. Priorizamos as unidades com mais cursos e aquelas que têm cursos de mestrado e doutorado, além da Biblioteca Central, já que é a biblioteca responsável pelo maior número de cursos (oferecidos no campus central). Esta prioridade foi definida internamente, no Sistema de Bibliotecas. Para aquisição adicional a captação também pode ser feita localmente, nas unidades, através de projetos e captação de emendas parlamentares e verbas da consulta popular. Em âmbito mais geral, a partir dos levantamentos de bibliografias para o PDI 2022-2032 que está sendo realizado, a Instituição poderá utilizar estes dados para elaboração de projetos de captação de recursos de forma mais abrangente por grupo de cursos, como feito em 2024 para os cursos de Agronomia e Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia.

O Repositório Institucional tem a função de reunir, de forma virtual, o conjunto da produção intelectual e científica gerada no âmbito da Uergs, de acordo com o estabelecido na Lei de Direitos Autorais 9.610/98, bem como os documentos relacionados à memória da Instituição. Em novembro de 2019, o Grupo de Trabalho para a Implementação do RI elaborou a Política de Funcionamento do Repositório e do seu Comitê Gestor, que foi aprovada pelo CONSUN ainda em 2019 (Resolução CONSUN no 024/2019). A partir disso, o Gabinete do Reitor designou, também, o Comitê Gestor, com representantes de diversos departamentos da

Uergs. Desde agosto de 2022 os trabalhos de conclusão de cursos estão disponíveis no repositório Institucional.

Em relação à infraestrutura física das bibliotecas, no momento a grande maioria atende à demanda, havendo as mesmas dificuldades relacionadas às demais questões prediais, no que se refere à manutenção e melhorias locais nas unidades.

DIMENSÃO 8: Planejamento e Avaliação

Embora o PDI da Uergs ainda não contenha um plano de expansão formatado exatamente nos termos que o CEEed preconiza, a Suplan vem atuando de forma indireta, mas consistente dentro das unidades acadêmicas por meio de visitas locais e reuniões. Por meio de grupos de trabalho regionais, a equipe tem mapeado demandas locais, projetado cenários de crescimento para as regiões e definindo prioridades estruturais, pedagógicas e de infraestrutura. Esses grupos coletam e analisam índices e dados institucionais — como matrícula, evasão, ocupação espacial e potencial de oferta de cursos — para fundamentar decisões e otimizar recursos. Além disso, há um retorno sistemático das avaliações internas e externas, cujo feedback alimenta ajustes contínuos nos planos operacionais de cada unidade, garantindo que as ações estejam alinhadas às metas estratégicas do PDI mesmo sem um capítulo formal de expansão.

O PDI apresenta diretrizes de crescimento, ainda que em formato distinto do modelo recomendado pelo CEEed, e a Suplan vem trabalhando nessas diretrizes por meio de sucessivas rodadas de orçamento participativas: na elaboração do Orçamento 2025, realizou uma segunda rodada de reuniões que incorporou, pela primeira vez, as demandas levantadas em processos de reconhecimento de cursos, devolvendo feedback estruturado às unidades e fortalecendo a cultura de planejamento colaborativo. Esse processo inovador faz com que necessidades regionais (infraestrutura, projetos de captação de recursos e ajustes de oferta de cursos) já apareçam formalmente nas peças orçamentárias; contudo, o orçamento limitado (o PLOA prevê R\$ 135,5 mi para uma necessidade estimada em R\$ 192 mi) impõe que parte dessas metas depende de emendas parlamentares e suplementações em negociação.

Autoavaliação Institucional

A seguir apresenta-se uma análise evolutiva dos principais indicadores da Avaliação Institucional da Uergs entre os anos de 2017 e 2024, considerando os resultados quantitativos e qualitativos registrados nos relatórios da Coordenadoria de Avaliação Institucional. A Coordenadoria informa que não foram encontrados os resultados das avaliações institucionais referentes aos anos de 2006 a 2016, uma vez que estes não foram apresentados nos relatórios anuais disponíveis. Diante da ausência desses dados, a série histórica a ser apresentada e analisada abrangerá apenas o período de 2017 a 2024, garantindo a consistência e a continuidade necessárias para a interpretação dos resultados e a formulação de propostas de melhoria.

Também são apresentados comparativos, análises críticas e as ações planejadas pela coordenadoria com base nas discussões realizadas internamente pela coordenadoria.

Evolução dos Indicadores da Avaliação Interna

A evolução da Avaliação Institucional da Uergs entre 2017 e 2024 apresenta avanços significativos. A Média Geral cresceu de 3,89 em 2017 para 4,31 em 2024, demonstrando uma melhoria contínua na percepção da comunidade acadêmica sobre a instituição. As avaliações relativas aos Ambientes Virtuais apresentaram um crescimento constante ao longo do período, reflexo direto da ampliação e aprimoramento das ferramentas online disponíveis, especialmente durante e após o período pandêmico. Em contrapartida, a Infraestrutura Física mostrou oscilações de percepção ao longo dos anos e foi um dos pontos mais críticos durante a pandemia, evidenciando a necessidade contínua de investimentos para a melhoria das condições físicas de ensino. A tendência de evolução da Média Geral está representada graficamente abaixo:

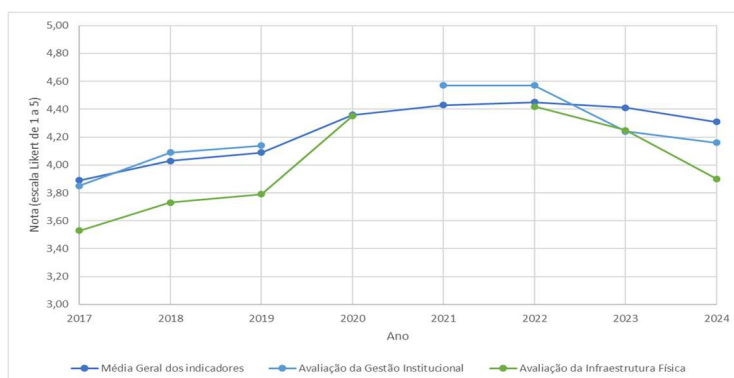


Gráfico 1: Evolução da Média Geral.

No âmbito da análise comparativa e crítica, destaca-se que a gestão institucional atingiu o seu melhor desempenho em 2021, com nota 4,57, mas sofreu uma queda em 2023, atingindo 4,24, e 2024 em 4,16. A queda na avaliação da gestão institucional em 2023 e 2024 pode ser atribuída à instabilidade institucional decorrente do processo eleitoral de 2022 na Uergs. Após a eleição realizada em agosto de 2022, seguiu-se uma disputa judicial sobre a não aplicação do fator de ajuste previsto no edital. Durante esse período, a universidade foi administrada por gestores pro tempore, o que contribuiu para um ambiente de incerteza e afetou a percepção da comunidade acadêmica sobre a gestão institucional. A situação foi resolvida em abril de 2024, quando o Conselho Superior Universitário homologou o resultado final da eleição, e os professores Leonardo Beroldt e Rochele Santaiana foram nomeados Reitor e Vice-Reitora, respectivamente, em junho de 2024. O indicador aponta para a necessidade de fortalecimento do diálogo e da restauração da estabilidade institucional através da retomada da gestão pela reitoria eleita, em busca dos avanços.

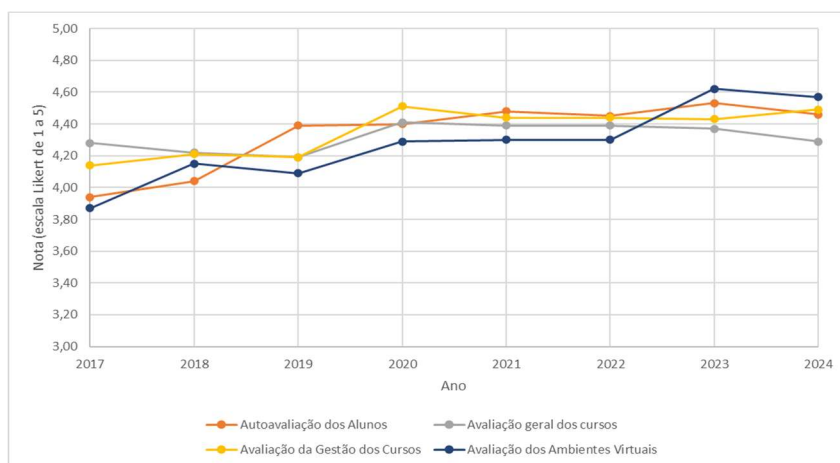


Gráfico 2: Análise comparativa e crítica.

A percepção dos estudantes quanto à organização dos cursos e à autoavaliação manteve-se estável e positiva ao longo do período analisado, demonstrando satisfação com os cursos, mesmo com as dificuldades encontradas pela instituição de forma geral. A infraestrutura física continua sendo um desafio, apesar das melhorias perceptíveis a partir de 2019. As dimensões relacionadas aos Ambientes Virtuais evidenciam altos níveis de satisfação, comprovando o impacto positivo dos investimentos feitos em ensino remoto e plataformas digitais. De modo geral, a Avaliação Institucional tornou-se mais consolidada e relevante no período de 2017 a 2024, com os dados demonstrando uma tendência de melhoria, mesmo diante dos impactos adversos da pandemia, da disputa política interna e das enchentes de 2024.

Taxa de Participação da pesquisa

A análise da taxa de adesão à Avaliação Institucional revela que os anos de 2017 e 2018 apresentaram os maiores índices de participação da comunidade acadêmica. A partir de 2019, observa-se uma tendência de queda, com um decréscimo mais acentuado em 2022, reflexo dos impactos pós-pandemia que afetaram o engajamento da comunidade universitária.

Em 2023, houve uma recuperação parcial da adesão, indicando uma retomada gradual do interesse e da participação nos processos avaliativos, embora ainda aquém dos percentuais registrados nos anos iniciais da série. Assim, a variação da taxa de adesão da comunidade acadêmica ao processo avaliativo permanece como um ponto crítico que demanda atenção da gestão institucional.

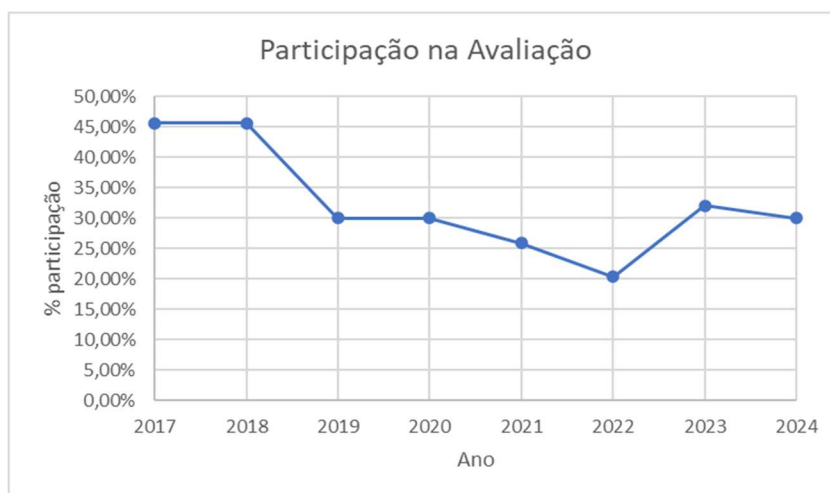


Gráfico 3: Taxa de adesão da comunidade acadêmica.

Avaliação Externa - ENADE

A avaliação do histórico do CPC contínuo dos cursos da Uergs revela uma trajetória de evolução e consolidação acadêmica. Observa-se que, entre os anos de 2012 e 2023, todos os cursos avaliados mantiveram-se na faixa considerada satisfatória (conceito igual ou superior a 3), com variações entre conceitos 3 e 4, demonstrando qualidade acadêmica adequada no cenário nacional. Alguns cursos, inclusive, atingiram conceito 4 e 5 em determinados anos, evidenciando avanços qualitativos relevantes.

CURSO	Ano	CPC (Contínuo)	CPC (Faixa)
Administração Cachoeira Do Sul	2015	2,9	3
	2018	3,7	4
	2022	3,1	4

Administração Encantado	2022	3,2	4
Administração Erechim	2022	2,8	3
Administração Frederico Wetphslen	2018	2,4	3
	2022	2,3	3
Administração Pública Porto Alegre	2012	3,4	4
	2015	4,3	5
	2018	3,8	4
	2022	3,3	4
Administração Sistemas E Serviços De Saúde	2015	3,1	4
	2018	2,4	3
	2022	2,2	3
Administração Pública Frederico Westphalen	2022	3,1	4
Administração Sananduva	2018	2,9	3
	2022	2,4	3
Administração Tapes	2022	3,1	4
Agronomia Cachoeira Do Sul	2019	3,9	4
	2023	3,6	4
Agronomia Sananduva	2023	2,7	3
Agronomia Santana Do Livramento	2019	2,9	3
	2023	2,5	3
Agronomia São Luiz Gonzaga	2023	2,8	3
Agronomia Três Passos	2019	3,6	4
	2023	3,8	4
Agronomia Vacaria	2023	3,4	4
Artes Visuais Montenegro	2014	2,8	3
	2017	2,1	3
Ciências Biológicas Litoral Norte	2014	3,7	4
	2017	3,0	4
Engenharia Elétrica	2014	3,0	4
	2017	3,2	4
	2019	2,6	3
Engenharia De Computação	2014	3,3	4
	2017	3,5	4
	2019	4,3	5
	2023	4,0	5
Tecnologia Em Automação Industrial	2014	4,1	5
Engenharia De Controle E Automação	2023	3,3	4
Engenharia De Biop. E Biotec. Bento Gonçalves	2014	1,9	2
	2017	3,5	4
	2019	2,8	3
Engenharia De Biop. E Biotec. Novo Hamburgo	2014	2,7	3
	2017	2,2	3
	2019	2,5	3

Engenharia De Biop. E Biotec. Porto Alegre	2019	3,3	4
Engenharia De Biop. E Biotec. Santa Cruz Do Sul	2017	3,0	4
	2019	3,0	4
Música Montenegro	2014	3,1	4
	2017	2,8	3
Pedagogia Alegrete	2014	3,4	4
	2017	3,4	4
Pedagogia Bagé	2014	3,1	4
	2017	3,4	4
Pedagogia Litoral Norte	2017	3,0	4
Pedagogia Cruz Alta	2017	3,0	4
Pedagogia Hortênsias	2014	3,6	4
	2017	3,4	4
Pedagogia São Luiz Gonzaga	2017	2,9	3

Tabela 1: A avaliação do histórico do CPC contínuo dos cursos da Uergs.

As oscilações entre conceitos 3 e 4 em determinados cursos indicam a necessidade de ações de melhoria contínua. Em cursos recém-avaliados, embora o desempenho tenha sido satisfatório, é fundamental trabalhar para consolidar e elevar esses resultados em futuros ciclos do ENADE. A concentração dos cursos na faixa do conceito 3 (Gráfico 4), ainda que adequada, sugere que a instituição deve planejar estratégias para elevar a maioria de seus cursos para o conceito 4, aumentando assim sua projeção no cenário nacional.

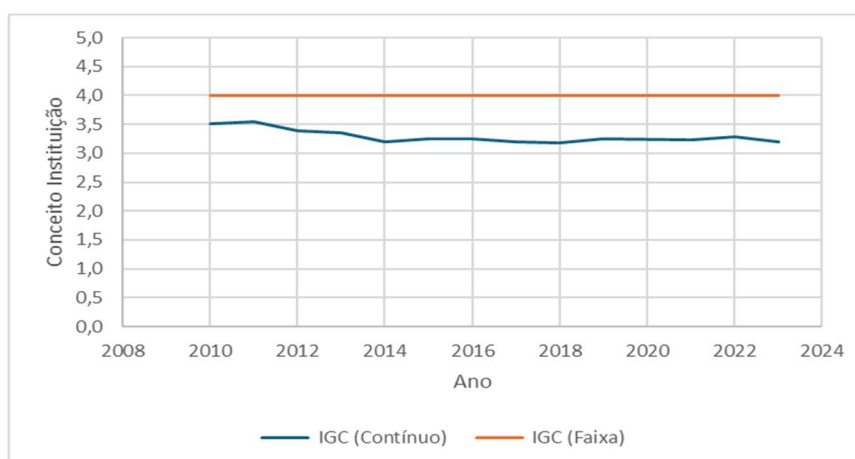


Gráfico 4: Conceito institucional.

Para sustentar e expandir esses avanços, as ações planejadas pela Coordenadoria de Avaliação Institucional buscam fortalecer o processo de autoavaliação e ampliar o impacto dos resultados na gestão universitária. Para aumentar a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, estão previstas campanhas de comunicação mais direcionadas, a

revisão dos questionários aplicados e a utilização de estratégias de retorno sistemático dos resultados e assim também aumentar o engajamento dos respondentes.

Outra ação estratégica é a vinculação dos dados da avaliação institucional aos processos de gestão, tornando a consulta a esses resultados, internos e externos, parte integrante das análises na elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) pelos Núcleos Docentes Estruturantes - NDE's.

Como forma de aprimorar a análise e a disseminação das informações para a comunidade Universitária, está planejada a construção de dashboards interativos e a realização de reuniões de análise e discussão por áreas de conhecimento, agrupando cursos de mesmo PPC para troca de experiências e boas práticas que levam aos resultados positivos, assim como elaboração de estratégias e plano de ação.

No que se refere ao acompanhamento das ações corretivas, será intensificado o uso de relatórios atualizados para o monitoramento dos apontamentos feitos pelo Conselho Estadual de Educação (CEED) e das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022 – 2032 de forma a torna-los parte integrante dos planejamentos e orçamento institucionais desenvolvidos pela Superintendência de Planejamento - Suplan.

Com base nos processos de reconhecimento de curso pelo Conselho Estadual de educação CEEd, pode-se concluir, corroborado pelos indicadores internos, que o fortalecimento da infraestrutura, sobretudo laboratorial, espaços de convivência para os alunos, e adaptações de acessibilidade, assim como solucionar as carências de pessoal no que tange ao número de docentes e funcionários, é fundamental para garantir condições adequadas de aprendizagem. Estas deficiências são crônicas na Instituição e pauta constante da Gestão junto à mantenedora, o Estado. Ademais, é imprescindível adotar estratégias de mobilização e engajamento estudantil, conscientizando os alunos sobre a importância do ENADE para seus cursos e para a universidade, buscando elevar as taxas de participação e desempenho.

Ademais, o apoio estudantil, seja na forma de bolsas prodiscência, monitoria, pesquisa e extensão, muito defasadas ao longo dos anos, é fundamental para que os discentes possam se dedicar aos seus estudos de forma mais aplicada e conseqüentemente reduzindo a evasão e otimizando os resultados dos cursos, visto que o foco principal da Uergs é atendimento à parcela mais carente da população

DIMENSÃO 9: Política de Atendimento aos Discentes

A Coordenadoria de Qualificação Acadêmica é responsável por promover, acompanhar e consolidar ações que visam a formação, o apoio e o desenvolvimento acadêmico de discentes e docentes. Suas atividades estão estruturadas em dois grandes núcleos: o Núcleo de Atendimento ao Discente e o Núcleo de Formação Inicial e Continuada de Professores, que, por sua vez, se dividem em setores específicos de atuação.

A) Núcleo de Atendimento ao Discente

Responsável por promover o acesso, permanência e o pleno desenvolvimento acadêmico dos estudantes, com atenção especial a políticas de inclusão e assistência estudantil.

A.1 Setor de Programas de Bolsas

- Programa de Auxílio à Permanência Discente/Prodiscência (2024 – janeiro a julho 268 bolsas e de agosto a dezembro 248 bolsas – atualmente vinculados 220 bolsas);
- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID (2024 – 264 bolsas);
- Bolsa Permanência Grupo Carrefour – destinadas a acadêmicos (as) negros (as) dos Curso de Graduação definidos pelo edital (2024 – 07 acadêmicos); garantindo suporte aos estudantes beneficiários.

A.2 Setor de Apoio a Portadores de Necessidades Especiais – Pessoas com deficiências conforme lei atualizada- Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015.

Atendimento Psicossocial, com as seguintes ações:

- Atendimento psicossocial a estudantes com deficiência;
- Formação com docentes e técnicos administrativos sobre as dimensões da acessibilidade;
- Implantação de recursos de tecnologia assistiva para 3 estudantes com deficiência visual
- Atendimento com intérpretes de Libras: Os Atendimentos envolvem desde a orientação sobre os critérios e processos de seleção até o acompanhamento contínuo dos bolsistas, garantindo que os requisitos sejam cumpridos e que os benefícios contribuam efetivamente para a permanência e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Também foram realizados suporte junto a 04 acadêmicos surdos e 01 docente surdo atendidos pela FENEIS.

A.3 Atendimento em Reuniões com os Colegiados de Curso

Como parte das ações do Núcleo de Atendimento ao Discente, foram realizadas reuniões com os colegiados dos cursos de graduação com o objetivo de discutir e analisar situações específicas relacionadas à permanência e inclusão dos estudantes.

Esses encontros têm se mostrado estratégicos para:

- Identificar barreiras pedagógicas, sociais ou estruturais enfrentadas pelos discentes;
- Compartilhar dados e percepções obtidas por meio dos atendimentos individuais e coletivos realizados pelo núcleo;
- Promover o diálogo direto entre a coordenação de curso, docentes e a equipe da Coordenadoria de Qualificação Acadêmica;
- Sugerir encaminhamentos que favoreçam práticas pedagógicas mais inclusivas, como flexibilizações curriculares, adaptações de avaliação e estratégias de acolhimento.
- Entre os principais encaminhamentos propostos estão:
 - Criação de planos de acompanhamento individual para estudantes em situação de vulnerabilidade;
 - Sensibilização dos docentes para o uso de tecnologias assistivas e metodologias diferenciadas;
 - Indicação de encaminhamento para os setores de apoio psicológico, pedagógico ou de acessibilidade, conforme cada caso.

B) Núcleo de Formação Inicial e Continuada de Professores

Tem como objetivo desenvolver ações que promovam a qualificação docente, tanto para o ensino superior quanto para a educação básica, integrando teoria e prática pedagógica.

B.1 Setor de Pedagogia Universitária

Ações realizadas:

- Formação com docentes e técnicos administrativos sobre as dimensões da acessibilidade;
- Cursos de formação PFCD – sobre Educação à distância,
- Curso de capacitação para monitores de pessoas com deficiências;
- Atendimento de colegiados de curso
- Condução da construção das Políticas de Ações afirmativas, diversidades e equidade da universidade.

B.2. Setor de Formação de Professores do Ensino Básico

- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID (2024 – 264 bolsas);
- Formações em parcerias com as secretarias estadual e municipais de educação do estado do RS.

Desafios e Propostas

- Ampliação dos atendimentos individualizados aos discentes com necessidades especiais.

- Ampliação
- Criação de plataforma integrada para inscrições e gestão de bolsas.
- Fortalecimento de parcerias interinstitucionais para ações de formação docente.
- Integração entre núcleos para ações conjuntas em eventos e programas.

A Coordenadoria de Qualificação Acadêmica reafirma seu compromisso com a promoção de uma universidade inclusiva, democrática e comprometida com a formação de excelência, tanto no que se refere ao corpo discente quanto à qualificação docente.

DIMENSÃO 10: Sustentabilidade Financeira

A Uergs faz parte da estrutura da Administração Indireta do Estado, sendo assim, tem seu orçamento como integrante da Lei Orçamentária Anual - LOA do Rio Grande do Sul. Deste modo, ainda que faça discussões internas, elenca suas demandas e rol de necessidades, tem seu limite orçamentário colocado pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPPG, órgão central que elabora a proposta orçamentária do Estado e registra no sistema do orçamento teto de gastos indicado. Atualmente esse teto é calculado a partir do valor previsto no orçamento acrescido do IPCA-E acumulado até abril do ano de montagem do orçamento.

Pelo histórico, a Uergs teve dois momentos distintos: um em que o orçamento era montado com valores maiores, mas com liberação mensal, sem que houvesse uma liberação integral para execução, e um segundo momento onde o que está previsto, ainda que ocorram entraves de liberação específicos, orientados por decreto no início do exercício, tem sua liberação confirmada. Ainda no decorrer da execução existe a possibilidade de suplementação orçamentária ao previsto na LOA, tais como despesas de folha, para atender questões

específicas (enchentes, por exemplo), ou projetos estratégicos de governo, que acabam por acrescer o orçamento pontualmente.

Nas dinâmicas apresentadas acima destacamos que folha de pagamento e encargos sempre houve a suplementação por parte do Tesouro do Estado frente ao déficit orçamentário. Em relação aos benefícios assistenciais (vale alimentação, transporte, PIS/PASEP), antes não havia a suplementação quando da necessidade, sendo necessário remanejar para cobrir os dissídios, aumentos de custos. Atualmente, estes são suplementados da mesma forma que folha de pagamento, ou seja, as maiores despesas da Uergs não sofrem restrições orçamentárias, ainda que as contratações dependam de autorização do Governo do estado, ponto tratado em outra dimensão.

O orçamento da Universidade é composto, basicamente, por recursos do tesouro do estado, dividido em folha e encargos e a cota (parte gerenciável que que servirá para pagar as despesas de custeio, incluindo bolsas acadêmicas e investimento), recursos próprios, que são taxas de inscrição em programas de pós graduação (que serve para manter diárias e gastos dos cursos), multas de bibliotecas (revertidos para aquisição de acervo), recurso ínfimo frente às necessidades da instituição. Emendas Estaduais, Emendas federais e recursos da Participação Popular e Cidadã, sendo essas fontes de recurso não pertencentes ao orçamento anual em si, mas sim vinculadas ao exercício de execução. O Gráfico 5, demonstra a evolução do orçamento da Uergs nos últimos 10 anos com o indicativo do montante destinado à folha de pagamento e encargos. Percebe-se que o orçamento só cresceu para suprir a folha de pagamentos, mas está estável para a manutenção da instituição.

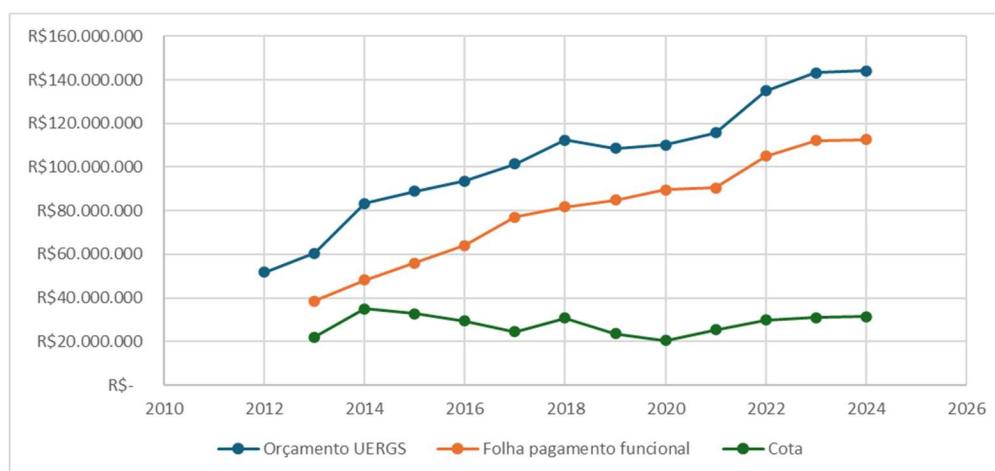


Gráfico 5: Evolução do orçamento da Uergs nos últimos 10 anos.

Pelo acompanhamento que é realizado, a distribuição do orçamento, usamos para exemplificar o exercício de 2024, que se desenrolou da seguinte forma: recurso do tesouro, sendo folha e encargos 86%, cota 12%. Os demais tiveram os seguintes percentuais: próprio 0,41%, emendas federais / estaduais 0,25%, Participação Popular e Cidadã 0,61% e FUNRIGS (fundo criado para a reconstrução do estado dos danos causados pelas enchentes) 0,73%.

Como pudemos demonstrar, a instituição trabalha para mapear suas demandas e necessidades, no entanto, como tem seu orçamento limitado pelo Estado, sua mantenedora, não consegue executar as melhorias que planeja como necessárias. Desconsiderando folha, encargos e benefícios, a cota é aplicada para manter o funcionamento mínimo exigido como água, energia, internet, material de limpeza e terceirização de serviços de limpeza e em poucas unidades a segurança, o que é uma demanda recorrente e importante no interior que não se tem obtido sucesso na ampliação de orçamento para atendimento. Em relação à manutenção de infraestrutura e equipamentos consegue executar o mínimo necessário para manter as unidades em funcionamento, com pequenas melhorias. A distribuição do recurso em 23 unidades distintas acaba por resultar em pequenos montantes.

Historicamente, a Universidade tem buscado elevar o orçamento da instituição, entretanto os suportes que acabam por ocorrer são muito pontuais e insuficientes frente a lista de necessidades da Uergs. O que ameniza a situação acaba por ser recursos de Emendas Federais (hoje com uma série de entraves na execução junto ao FNDE e até sofrendo interferência do STF), as Emendas Estaduais que acabam por atender projetos específicos, e os recursos de Participação Popular e Cidadã que são vinculados a unidades específicas, todos esses recursos obtidos com o esforço político de docentes e funcionários junto aos deputados de cada região onde as unidades estão localizadas e trazendo dificuldades de coordenação dos esforços, e que acabam por suprir demandas básicas como modernização da infraestrutura de TI, compra de livros para as bibliotecas, compras de reagentes e equipamentos de laboratórios, obras de reforma ou construção de sedes próprias, todas questões que deveriam vir do orçamento planejado da Universidade.

Entende-se que a Uergs consegue operar com o orçamento atual, ainda que com severas fragilidades e sem perspectivas de crescimento e fortalecimento, mantendo a instituição dependente de articulação política local.

Em termos de despesas com pessoal, a Universidade conta atualmente com 42% do quadro efetivo previsto na Lei 13.968/2012, com seu quadro estagnado há muitos anos, tanto em docentes como em funcionários técnicos e administrativos, sendo assim o crescimento em

gastos com a folha se deram tão somente pelos aumentos por dissídios coletivos obrigatórios pelas negociações das classes junto ao Estado.

Junto a isso, existem serviços que são entendidos como necessários ao adequado funcionamento da instituição, mas que não são possíveis de contratação haja vista a limitação orçamentária, tais como vigilância para as Unidades da Uergs: tramita o expediente nº 25/1950-0000394-7 que trata do assunto e visa a suplementação orçamentária na ordem de R\$ 2.925.188,72 para contratação do serviço em questão para todas as Unidades da Uergs. Em termos de orçamento, o teto apontado pelo Poder Executivo Estadual tem sempre gerado limitações à Instituição, pois a demanda orçamentária elaborada pela Universidade, já de forma modesta, nunca foi integralmente atendida, como demonstra no Gráfico 6:

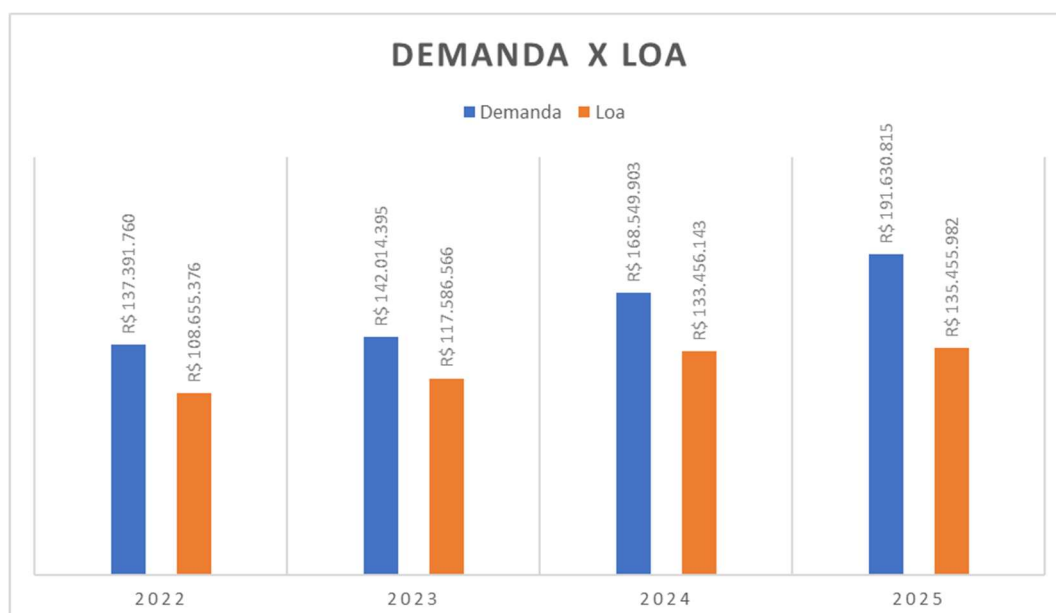


Gráfico 6: Demanda orçamentária x LOA.

A análise dos valores demandados pela Uergs em comparação com os valores recebidos via LOA entre os anos de 2022 e 2025 evidencia uma defasagem orçamentária contínua. Em todos os anos analisados, a universidade recebeu menos de 83% do valor que efetivamente solicitou para manutenção e desenvolvimento das suas atividades.

Em 2025, a discrepância atinge o pior índice da série, com apenas 70,68% da demanda atendida, representando uma lacuna de R\$56 milhões entre o solicitado e o recebido. Isso compromete diretamente a capacidade da instituição em realizar investimentos estratégicos, manter a infraestrutura e expandir a oferta acadêmica com qualidade.

Esse histórico reforça a urgência de revisão no repasse orçamentário, a fim de alinhar os recursos recebidos com as reais necessidades operacionais e estratégicas da universidade.

De forma complementar e pontual, a Universidade tem recebido investimentos da mantenedora, para projetos específicos, como o Uergs 20+ e o Uergs Digital. O foco do Uergs 20+ é a consolidação da área de inovação tecnológica da Instituição possível tão somente graças à destinação das antigas estruturas da extinta fundação CIENTEC para a Uergs, por intermédio do Ministério Público, o que possibilitou a instalação da Unidade Porto Alegre e da Reitoria no endereço da rua Washington Luiz. Desta forma o Estado forneceu recursos para reformas necessárias para esta ocupação do espaço, trazendo uma nova oportunidade para a instituição na Capital.

Desta forma a Universidade busca realizar seu planejamento dentro das suas possibilidades com foco na sua consolidação, autonomia e crescimento, sempre buscando formas de fomento financeiro nas mais diferentes formas.

Conclusão

Diante do exposto, o presente relatório evidencia os avanços institucionais significativos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul ao longo dos últimos anos, especialmente no que se refere à consolidação da missão institucional, à ampliação do impacto social e à maturidade dos processos avaliativos internos. Embora desafios persistam — notadamente nas áreas de infraestrutura, quadro de pessoal e orçamento — a Uergs tem demonstrado capacidade de superação, planejamento estratégico consistente e compromisso com a melhoria contínua. A atual gestão, ao implementar medidas estruturantes como o processo estatuinte e o fortalecimento da cultura avaliativa, reafirma o compromisso com a qualidade acadêmica, a inclusão social e o desenvolvimento regional sustentável. A universidade segue, assim, consolidando sua relevância no cenário educacional gaúcho, comprometida com a excelência pública e com a formação de cidadãos éticos e socialmente engajados.